



CAPES

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
Ministério da Educação – Anexos I e II – 2º andar
Caixa Postal 365
70359-970 – Brasília – DF
Brasil

RELATÓRIO DE GESTÃO - 2002

PRESTAÇÃO DE CONTAS DA CAPES-2002
**Destinada aos Órgãos de Controle Interno e
ao Tribunal de Contas da União**

Aprovado pelo Conselho Superior em 25/04/2003.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	03
2	QUADRO GERAL DOS RECURSOS E APLICAÇÕES	04
3	AÇÕES DE FOMENTO	07
3.1	Programa de Bolsas de Estudos no Exterior	10
3.2	Programa de Bolsas de Estudos no País	19
3.2.1	Programa de Demanda Social	20
3.2.2	Programa de Fomento à Pós-Graduação – PROF	24
3.2.3	Programa de Suporte à Pós-Graduação das Instituições de Ensino Superior Particular - PROSUP	26
3.2.4	Programa Institucional de Capacitação Docente e Técnica - PICDT	28
3.2.5	Programa Institucional de Capacitação Docente do Ensino Tecnológico - PICDTec	31
3.2.6	Programa Nacional de Cooperação Acadêmica - PROCAD	31
3.2.7	Programa de Apoio à Aquisição de Periódicos - PAAP	32
3.2.8	Programa de Apoio à Pós-Graduação - PROAP	34
3.2.9	Programa Estudantes Convênio de Pós-Graduação – PEC-PG	36
3.2.10	Programas Complementares.	38
4	ATIVIDADES DE AVALIAÇÃO	38
5	AÇÕES ADMINISTRATIVAS	39
5.1	Diligências de Controle Interno e Externo	42
5.2	Processos Administrativos, Tomada de Contas Especial e de Sindicância	48
5.3	Convênios, Acordos e Ajustes	49
5.3.1	Liberações	49
5.3.2	Prestações de Contas	50
5.3.3	Convênios de Receita	50

1 - INTRODUÇÃO

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, entidade pública vinculada ao Ministério da Educação – MEC, integra o conjunto de órgãos governamentais com atuação direcionada para a promoção da educação, da ciência e tecnologia no Brasil.

Foi criada no dia 11 de julho de 1951, pelo Decreto Nº 29.741 do Presidente Getúlio Vargas, como Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Denominada, posteriormente, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, foi transformada em fundação pública por força do art. 1º do Decreto nº 524, de 19 de maio de 1992, com base na Lei nº 8.405, de 9 de janeiro de 1992.

A CAPES teve seu último estatuto aprovado pelo Decreto nº 3.543, de 12 de junho de 2000, que a ela atribuiu a função de subsidiar o Ministério da Educação na formulação de políticas para a área de pós-graduação, de coordenar o processo de avaliação dos programas desse nível no País, além de estimular, mediante a concessão de bolsas de estudo, auxílios e outros mecanismos, a formação de recursos humanos altamente qualificados para a docência em grau superior, para a pesquisa e para o atendimento às demandas dos setores público e privado.

Nestes cinquenta e um anos de existência, esta Instituição, preparou alicerces, edificou e vem consolidando o mais expressivo sistema de ensino de pós-graduação do hemisfério sul, superior aos de muitos países da Europa.

Por esta razão, a Capes pode ser considerada como uma das principais alavancas para o desenvolvimento do sistema educacional brasileiro e também para a promoção das atividades de ciência e tecnologia, condição chave para uma inserção competitiva do país no mundo econômico e, sobretudo, para a geração de benefícios sociais, culturais e materiais para a população brasileira.

A implantação, a promoção do crescimento e a busca da consolidação da pós-graduação no Brasil constitui, portanto, a marca do sucesso desta instituição. O objetivo já alcançado não esgota a dinâmica de seu trabalho. Ao contrário, a CAPES prossegue a descortinar novos caminhos e aprimorar seus modelos de atuação em sintonia com as reivindicações da sociedade.

Assim, por exemplo, são crescentes as preocupações com vários aspectos que marcaram a sua evolução e que ainda se fazem presentes na configuração atual da pós-graduação. Entre outras, destaca-se a necessidade, na sua função de apoiar ações visando a capacitação docente, a formação pedagógica; o planejamento curricular; e o fortalecimento das relações com os serviços de extensão, ou seja, estabelecer um maior vínculo da pós-graduação com a sociedade e com a comunidade na qual está inserida. Isto deve ocorrer, sem que os programas percam ou diminuam a qualidade, a autonomia ou a capacidade criadora de novos conhecimentos.

Neste contexto, a Capes, além de subsidiar o MEC nos assuntos de suas atribuições específicas, desenvolve um conjunto de programas de fomento e de projetos de apoio, cujas realizações, no ano de 2002, estão documentadas, resumidamente, no presente relatório.

As informações contidas nas tabelas e gráficos, mostram os investimentos absorvidos pelos principais programas e linhas regulares de fomento ao ensino de pós-graduação no Brasil, bem como as ações de avaliação e de administração desenvolvidas pela Agência.

Desvendam-se os principais indicadores físico-financeiros que salientam as contribuições da Agência, não apenas em termos de apoio à expansão e à consolidação dos programas de pós-graduação, mas também na promoção progressiva da melhoria do padrão de qualidade, requerido por dispositivos constitucionais e demais instrumentos normativos da educação nacional.

A Capes, como órgão responsável por formular e implementar a política brasileira de pós-graduação e por criar e conduzir um dos mais importantes sistemas de avaliação desse nível de ensino no mundo, adotou ações prioritárias para a manutenção de seu grau de excelência visando atender as demandas decorrentes do sistema nacional de pós-graduação da melhor maneira possível, dentro do quadro atual de dificuldades orçamentárias.

Os êxitos obtidos na formação de pessoal de nível superior são conseqüência de um sistema de avaliação que se aperfeiçoa progressivamente nas diferentes áreas do conhecimento. A geração do conhecimento, analisada por pares de ilibada competência, e a capacidade de inovação constituem o ponto de referência da qualidade alcançada pelos docentes e discentes dos cursos de pós-graduação. Esta é a base do processo avaliativo direcionado aos programas com vistas ao seu reconhecimento e validade nacional dos títulos concedidos.

As ações de fomento da Capes, acompanhadas por tão rigoroso processo de avaliação, respondem pela montagem e pela operação de uma sólida rede de instituições universitárias, com cerca de 1.729 (mil e setecentos e vinte e nove) programas de pós-graduação que atendem a um contingente da ordem de 100.000(cem mil) estudantes.

2 - QUADRO GERAL DOS RECURSOS E APLICAÇÕES

A atuação da Capes, em 2002, deve ser avaliada a partir das ações implementadas em consonância com a programação anual e a respectiva dotação orçamentária aprovada no Orçamento Geral da União. Os recursos destinados à Fundação totalizaram R\$ 515.513.311,00 (quinhentos e quinze milhões, quinhentos e treze mil e trezentos e onze reais), um valor que superou em cerca de 1,5% a dotação do ano de 2001. Além desses recursos, uma parcela de R\$ 23.617.328,73 (vinte e três milhões, seiscentos e dezessete mil, trezentos e vinte e oito reais e setenta e três centavos) foi destacada e endereçada para a Capes por outros órgãos da Administração

Pública Federal e pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura - Unesco para dar continuidade às atividades do Programa de Apoio a Pesquisa em Educação à Distância.

A continuidade da proposta da Capes, visando a assegurar a eficácia do apoio aos programas de pós-graduação em níveis crescentes de qualidade, nos próximos anos, depende fundamentalmente da manutenção e expansão de seus recursos orçamentários, o que irá permitir que se reforcem e implementem novas ações até 2003. Ampliando esse escopo, inclui-se o esforço para a superação de novos desafios, mediante ações voltadas para as seguintes metas:

- indução, por meio de instrumentos apropriados de fomento, para a implantação e desenvolvimento de programas em subáreas não cobertas pelos programas já existentes;
- realização de acordos multi e interinstitucionais para sustentação, nos primeiros anos, de programas destinados à oferta de cursos novos em áreas carentes;
- descentralização ou desconcentração da pós-graduação, observados os requerimentos de qualidade, mediante fomento à interiorização;
- promoção de estímulo à mobilidade docente, mediante o desenvolvimento de mecanismos como a absorção de recém doutores;
- apoio ao desenvolvimento e difusão das novas tecnologias de informação para a viabilizar a educação a distância, sem perda de qualidade;
- incentivo à criação de doutorados nos programas que possuem mestrados consolidados;
- criação de novos programas em regiões com menor densidade de cursos;
- estímulo ao estabelecimento de parcerias com governos estaduais para o desenvolvimento de projetos regionais de pesquisa e pós-graduação em áreas estratégicas; e
- apoio aos programas regionais de pós-graduação e às redes de pesquisa, buscando acionar mecanismos para atração e fixação de recém doutores e pós-doutores.

As tabelas 1 e 2, apresentadas a seguir, mostram os aspectos principais da dotação e execução orçamentárias de 2002. Foram previstos dispêndios com bolsas no valor de R\$ 412.768.914,00 (quatrocentos e doze milhões, setecentos e sessenta e oito mil e novecentos e quatorze reais), suplementados em R\$25.743.836,00 (vinte e cinco milhões, setecentos e quarenta e três mil e oitocentos e trinta e seis reais), para assegurar o necessário equilíbrio dos dispêndios com as bolsas no exterior, às quais sofreram oscilações consecuintes em função da variação cambial. O montante de bolsas representou 85,1% (oitenta e cinco vírgula um por cento) do orçamento final. O item seguinte contemplado com maior aplicação foi o de Ampliação do Acervo Bibliográfico, R\$ 33.000.000 (trinta e três milhões de reais), correspondendo a uma participação de 6 % (seis por cento). As despesas com pessoal e manutenção, incluídos os gastos com pensionistas e inativos, foram da ordem de R\$ 16.714.224,65 (dezesseis milhões, setecentos

e quatorze mil, duzentos e vinte e quatro reais e sessenta e cinco centavos). Este componente representou 3,3 % do total da despesa e está dentro dos padrões normais de gastos da Agência.

TABELA 1
CAPES – Dotação Orçamentária - 2002

(Valores em R\$ 1,00)

TIPO	DOTAÇÃO INICIAL			CRÉDITO SUPLEMENTAR			DOTAÇÃO FINAL		
	TESOURO	Outras Fontes	TOTAL	TESOURO	Outras Fontes	TOTAL	TESOURO	Outras Fontes	TOTAL
Bolsa	412.768.914		412.768.914	25.743.836		25.743.836	438.512.750		438.512.750
Fomento	14.552.512	7.768.742	22.321.254				14.552.512	7.768.742	22.321.254
Ampliação do Acervo Bibliográfico	19.000.000		19.000.000	14.000.000		14.000.000	33.000.000		33.000.000
Avaliação	3.605.000	200.058	3.805.058				3.605.000	200.058	3.805.058
Residência Médica		1.114.068	1.114.068				0	1.114.068	1.114.068
Manutenção	4.103.484	1.354.216	5.457.700	14.372			4.117.856	1.354.216	5.472.072
Pessoal	9.961.696		9.961.696	714.810		714.810	10.676.506		10.676.506
Pasep	84.581		84.581				84.581		84.581
Diversos (1)	549.192		549.192	(22.170)		(22.170)	527.022		527.022
TOTAL	464.625.379	10.437.084	475.062.463	40.450.848	0	40.436.476	505.076.227	10.437.084	515.513.311

Fonte: Siafi 2002

Obs.:

(1) Inclui: Benefícios, Capacitação, Treinamento, Assistência Médica e Residência Médica;

(2) Não contém R\$ 23.617.328,73 referentes aos recursos orçamentários recebidos de terceiros.

Ressalta-se que o orçamento da ação Ampliação do Acervo Bibliográfico foi insuficiente para o atingir o seu objetivo, razão pela qual o Ministério da Educação alocou mais R\$ 22.000.000,00 de seu orçamento, para complementação orçamentária.

TABELA 2
CAPES – Execução Orçamentária - 2002

(Valores em R\$ 1,00)

TIPO	CRÉDITO DESCENTRALIZADO			CRÉDITO LIQUIDADO			TOTAL Executado
	TESOURO	Outras Fontes	TOTAL	TESOURO	Outras Fontes	TOTAL	
Bolsa	280.424.992,39		280.424.992,39	157.293.880,98		157.293.880,98	437.718.873,37
Fomento	5.517.878,08	1.137.737,45	6.655.615,53	8.937.943,34	6.462.629,43	15.400.572,77	22.056.188,30
Ampliação do Acervo Bibliográfico	32.679.000,00		32.679.000,00	321.000,00		321.000,00	33.000.000,00
Avaliação				3.587.125,00	200.058,00	3.787.183,00	3.787.183,00
Residência Médica		922.262,55	922.262,55		11.805,45	11.805,45	934.068,00
Manutenção				4.173.427,20	1.351.692,57	5.525.119,77	5.525.119,77
Pessoal				10.675.975,32		10.675.975,32	10.675.975,32
Pasep				69.182,00		69.182,00	69.182,00
Diversos (1)				513.129,56		513.129,56	513.129,56
TOTAL	318.621.870,47	2.060.000,00	320.681.870,47	185.571.663,40	8.026.185,45	193.597.848,85	514.279.719,32

Fonte: Siafi 2002

Obs.:

(1) Inclui: Benefícios, Capacitação, Treinamento.

(2) Não contém R\$ 23.617.328,73 referentes aos recursos orçamentários recebidos de terceiros.

3 - AÇÕES DE FOMENTO

As ações de fomento constituem o principal e tradicional foco de atuação da Capes, destacando-se sobre maneira os programas de bolsas de estudo.

As atividades de avaliação somente começaram a ser realizadas, de maneira sistemática, a partir de 1976, visando a preservação da qualidade do sistema. Porém, as de fomento nasceram com a instituição da "Campanha para Aperfeiçoamento". Desde então, caracterizam-se por duas grandes linhas: a de Bolsas no Exterior e a de Bolsas no País. Este tratamento distinto é necessário para o estabelecimento de uma política consistente de capacitação e de fixação de pessoal titulado, bem como para assegurar um desenvolvimento harmônico da oferta nacional de cursos de pós-graduação.

Graças às ações de fomento, milhares de mestres e doutores já se titularam, representando uma das ações mais decisivas para a qualificação do ensino superior do país, especialmente junto ao setor público. Se possível fosse quantificar e avaliar, em termos monetários, os retornos advindos da construção desta base técnico-científica e deste patrimônio intelectual para o desenvolvimento cultural, econômico, tecnológico e industrial do país, certamente a compreensão da relevância das ações da Capes seria bem mais acentuada e difundida.

Sem prejuízo da continuidade dos tradicionais programas de fomento, a Capes vem procurando, nos últimos anos, promover neles aperfeiçoamento e

ajustes, dotando-os de maior sistematização e disposição orgânica. Quase todos estão hoje dotados de regulamentação e de processos informatizados de gestão e acompanhamento. A ênfase maior, impressa a todos os programas, foi a de sintonização com as políticas governamentais, priorizando, fundamentalmente, a superação dos desafios mais prementes do Brasil, reconhecidos pelas lideranças governamentais e pela sociedade como um todo. São desafios que dependem de recursos humanos bem preparados para a promoção, a geração e a difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos e para viabilizar a expansão e melhoria qualitativa do sistema educacional em todos os níveis, com destaque para o ensino de graduação e profissionalização técnica de segundo grau.

Os principais programas de fomento implementados pela Capes são:

O Programa de Bolsas no Exterior, com uma média de 1.342 bolsas mantidas em 2002, sobressai, não apenas por seu porte e amplitude, como também por sua natureza estratégica. No passado, serviu de alavanca para a implantação do sistema nacional de pós-graduação, desempenhando atualmente papel fundamental para a garantia de uma ativa inserção da pós-graduação brasileira na rede internacional de produção do conhecimento técnico e científico. Nesta linha, incluem-se, além da concessão de bolsas, as atividades de Cooperação Internacional, implementadas mediante acordos com países como Argentina, Cuba, Alemanha, Portugal, França, Espanha, China, Estados Unidos e Inglaterra. Dentre os convênios firmados com organismos e instituições acadêmicas e científicas internacionais, destacam-se os mantidos com a França, EUA, Alemanha, Portugal e Argentina.

O Programa de Bolsas no País que objetiva formar pessoal altamente qualificado necessário ao desenvolvimento nacional, durante o ano de 2002, manteve uma média de 24.814 bolsas, distribuídas para os programas de pós-graduação, de quase uma centena de instituições nacionais de ensino superior. Somente foram contemplados programas que, avaliados pela Capes, obtiveram conceitos iguais ou superiores a 3 (três) para que mantenham, em tempo integral, alunos de excelente desempenho acadêmico.

A execução orçamentária do programa de concessão de Bolsas, no país e exterior, atingiu praticamente a 100% da dotação aprovada durante o ano de 2002. Foram beneficiados mais de vinte e seis mil estudantes, envolvendo um dispêndio total de R\$ 437.718.873,37 (quatrocentos e trinta e sete milhões, setecentos e dezoito mil, oitocentos e setenta e três reais e trinta e sete centavos).

Por sua vez, os dispêndios com as ações de fomento, de Bolsas e de Ampliação do Acervo Bibliográfico, pagos no país e no exterior, totalizaram cerca de R\$ 514.775.061,67 (quinhentos e quatorze mil, setecentos e setenta e cinco mil, sessenta e um reais e sessenta e sete centavos), aplicados principalmente nos programas:

- Programa de Demanda Social- DS;
- Programa Institucional de Capacitação Docente e Técnica- PICDT;

- Programa Institucional de Capacitação Docente do Ensino Tecnológico – PICDTec;
- Programa de Ampliação do Acervo Bibliográfico – PAAP;
- Programa de Fomento à Pós-graduação – PROF;
- Programa de Apoio à Pós-graduação- PROAP;
- Programa Nacional de Cooperação Acadêmica- PROCAD;
- Programa de Suporte à Pós-graduação das Instituições de Ensino Superior Particulares- PROSUP;
- Programa de Apoio a Eventos no País- PAEP;
- Programa de Apoio a Eventos no Exterior – PAEX;
- Programa de Qualificação Institucional – PQI;
- Programa de Absorção Temporária de Doutores – ProDoc;
- Programa de Mestrado Interinstitucional – MINTER;
- Programa de RH- Metrologia;
- Programa de Apoio à Educação à Distância – PAPED;
- Programa de Expansão da Educação Profissional – PROEP.

São programas que, em seu conjunto, cumpriram 100% de suas metas físicas. O alcance desses níveis possibilitou a manutenção e aprimoramento dos principais indicadores de desenvolvimento da pós-graduação brasileira.

Entre os indicadores de produtividade dos programas de pós-graduação, criados e mantidos pelas Instituições de Ensino Superior, a CAPES destaca os indicadores Tempo Médio de Formação no Mestrado e no Doutorado, cujas metas estabelecidas no PPA 2000-2003, foram de 36 meses e de 60, respectivamente, para estes níveis. Após a implementação de algumas políticas como: a concessão de auxílios integrados para melhoria de infraestrutura das IES; a adoção de critérios baseados no tempo de titulação para distribuição das quotas de bolsas; acesso às publicações internacionais com a implantação do Programa de Apoio a Periódicos; recomendações e sugestões de melhoria do processo seletivo das IES para oferecer aos indivíduos mais capazes o acesso aos programas de pós-graduação; ampliação de intercâmbios com outros países; o contínuo aperfeiçoamento do Sistema Nacional de Avaliação dos Programas de Pós-Graduação; estes índices começaram a declinar. Já no final de 2000, caíram para cerca de 41 meses no Mestrado e para 59 no Doutorado. Em 2001, decresceram para em torno de 36 meses no Mestrado e para 55 no Doutorado.

Segundo os dados apurados em 2002, constata-se uma redução do tempo médio anual de titulação de Mestrado para aproximadamente 32 meses e no Doutorado para 51. Se comparar estes índices com os das metas previstas no PPA 2000-2003, pode-se afirmar que houve uma significativa redução deles, cuja taxa atingiu 11,33% para o Mestrado e 15,00% para o Doutorado.

A evolução destes índices demonstram que a CAPES, embora já tenha atingido as metas contidas no PPA, continua em busca da taxa ideal para estes indicadores, pois quanto menor for o tempo gasto por um indivíduo para capacitar-se, não desprezando a qualidade dessa formação, maior será a absorção de outros, para capacitarem-se com menor dispêndio (recursos

financeiros e tempo) pelos programas de pós-graduação das instituições de ensino superior do país.

3.1 - Programa de Bolsas de Estudos no Exterior

Durante as primeiras décadas de atuação da Capes, a concessão de bolsas para formação pós-graduada no exterior desempenhou um papel de importância histórica. O programa objetivava atender a um requisito essencial para que se pudesse criar, no país, a base técnico-científica necessária à implantação da pós-graduação: promover a capacitação de docentes e pesquisadores de alto nível. Sem essa condição, ou seja, a existência de lideranças e competências científicas, seria impossível criar internamente novos quadros e multiplicar a massa crítica indispensável à produção e à disseminação do conhecimento científico e tecnológico. Atualmente, tal observância talvez exista em algumas áreas, mas, indiscutivelmente, já se dispõe de razoável capacidade formadora na pós-graduação *stricto sensu*.

A realidade, hoje, portanto, é significativamente distinta e isto impõe ênfases também diferentes. Para tanto, a Capes tem feito mudanças importantes na configuração e na implementação do Programa de Bolsas no Exterior visando, sobretudo, imprimir maior adequação às necessidades atuais do sistema de pós-graduação e de pesquisa do país.

Os objetivos do Programa de Bolsas no Exterior estão concentrados, presentemente, na concessão de bolsa para as modalidades de Doutorado, Doutorado Sanduíche e Pós-Doutorado. Enfatiza-se sua destinação aos profissionais vinculados à docência no ensino superior, no intuito de participar do acelerado processo de avanço dos conhecimentos, bem como à consolidação do sistema nacional de pós-graduação e da pesquisa. Para tanto, atende as demandas específicas para formar doutores em áreas não consolidadas no país e ainda, objetiva o desenvolvimento de atividades de atualização, cooperação e abertura de novas linhas de pesquisa, sempre inseridas no contexto de atuação do participante do programa.

Além de conceder bolsas, ele financia passagens para a apresentação de trabalhos científicos de professores e pesquisadores, com título de doutor, em eventos no exterior, com a finalidade de projetar, consolidar e divulgar a produção científica, tecnológica e cultural geradas no país por meio do Programa de Apoio a Eventos no Exterior.

A demanda advinda das várias áreas do conhecimento, em 2002, foi de 1512 solicitações de auxílio para participação nesses eventos, entre estas, 913 foram indeferidas, 466 receberam parecer favorável. Dos demandantes 133 desistiram e 333 utilizaram o benefício de acordo com as normas do programa o que representa 9% e 22%, respectivamente, da demanda. Conforme demonstra a Tabela 3 e o Gráfico 1

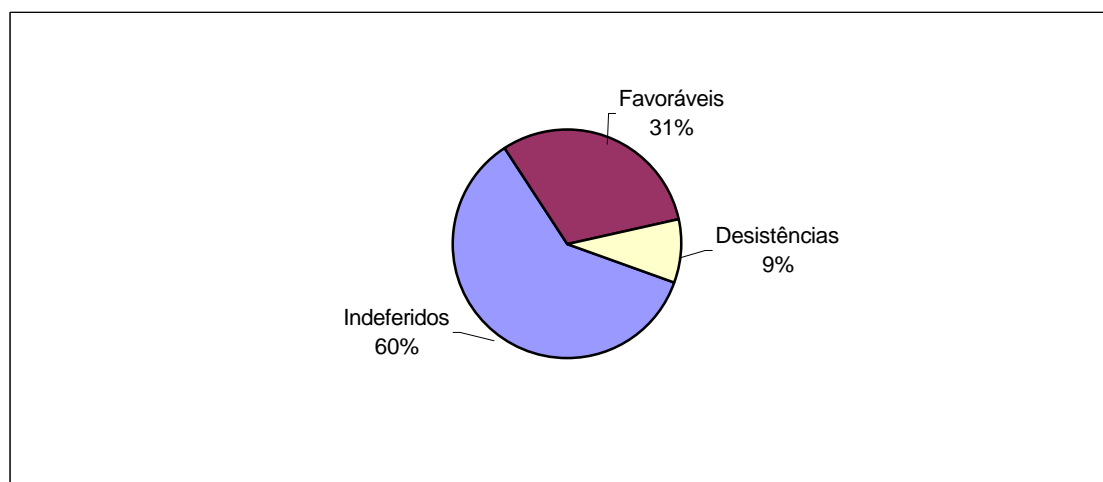
Tabela 3

PAEX - Utilização de Benefícios 2002

Demanda	Indeferidos	Favoráveis	Desistências	Utilização
1512	913	466	133	333

Fonte: CGIN(PAEX)

Gráfico 1
PAEX - Utilização de Benefícios 2002



Fonte: CGIN (PAEX)

Em 2002, o Programa buscou atender às demandas de docentes e pesquisadores brasileiros das diversas áreas do conhecimento, de forma cada vez mais articulada com as necessidades e metas fixadas pelas programações das universidades e instituições de pesquisa. A concessão de bolsas correspondeu a uma média mensal de 1.325, sendo 687 de Doutorado; 366 de Doutorado-Sanduíche; 188 de Pós-doutorado; 16 de Especialização, 14 de Mestrado e, ainda, 54 bolsas para a Graduação Sanduíche.

Convém ressaltar o aumento gradativo das bolsas de Doutorado-Sanduíche, resultado da política de estímulo à inserção dos pesquisadores brasileiros nos centros internacionais de pesquisa e, ao mesmo tempo, de valorização e aproveitamento da capacidade instalada dos Programas de Pós-graduação considerados de nível internacional pelo sistema de avaliação da Capes, incluindo avaliadores de conceituadas instituições estrangeiras.

O investimento total no Programa, inclusas as despesas com seguros, taxas, passagens e auxílios para elaboração de teses, somou aproximadamente, US\$ 31,854,080.00 (trinta e um milhões, oitocentos e cinquenta e quatro mil e oitenta dólares), calculados a uma taxa médio de câmbio de R\$ 3,44 (taxa utilizada no SIAFI 2002). Deste montante, US\$29,343,468.00 (vinte e nove milhões, trezentos e quarenta e três mil e quatrocentos e sessenta e oito dólares), 92% gastos com mensalidades pagas no exterior.

Conforme se pode observar pelos dados da tabela 4 e pelo GRÁFICO 2, a seguir, o número total de bolsistas apoiados pela Capes no exterior tem-se

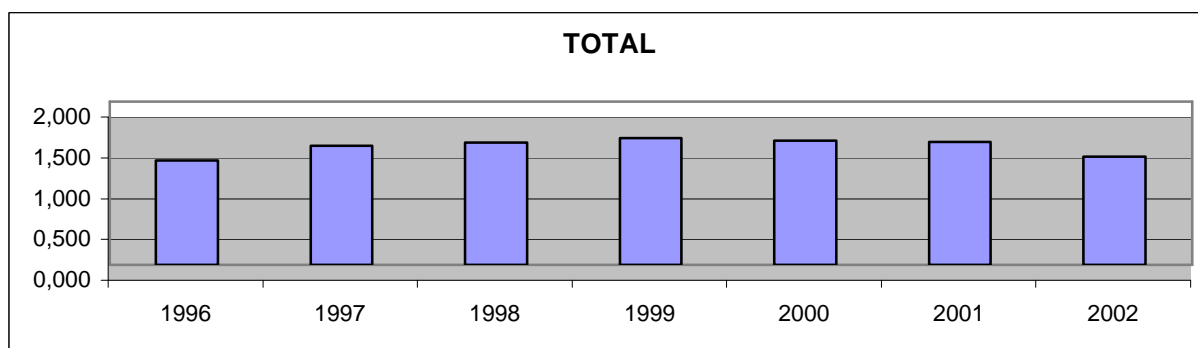
mantido mais ou menos estável no período de 1996 a 2002, quando se verifica uma elevação em relação aos patamares de anos anteriores, havendo um declínio em 2002 causado pela reestruturação de alguns programas.

TABELA 4
BOLSAS NO EXTERIOR – Evolução do Número de Bolsistas 1996/2002

Ano	Total	Doutorado Pleno	Doutorado Sanduíche	Especialização	Graduação Sanduíche	Mestrado	Pós-Doutorado
1996	1.279	943	154	19		48	115
1997	1.456	955	235	52		37	177
1998	1.501	945	252	73	79	18	134
1999	1.553	848	275	71	223	8	128
2000	1.518	761	309	46	262	11	129
2001	1.503	708	356	28	195	19	197
2002	1.325	687	366	54	54	13	188

Fonte: [http://www.capes.gov.br/serviços/indicadores e estatísticas/boletim estatístico/bolsas no exterior/bolsistas](http://www.capes.gov.br/serviços/indicadores_e_estatísticas/boletim_estatístico/bolsas_no_exterior/bolsistas) (Tabela 7- pág.8)

GRÁFICO 2
BOLSAS NO EXTERIOR – Evolução do Número Médio de Bolsistas 1996/2002



Fonte: [http://www.capes.gov.br/serviços/indicadores e estatísticas/boletim estatístico/bolsas no exterior/bolsistas](http://www.capes.gov.br/serviços/indicadores_e_estatísticas/boletim_estatístico/bolsas_no_exterior/bolsistas) (Tabela 7- pág.8)

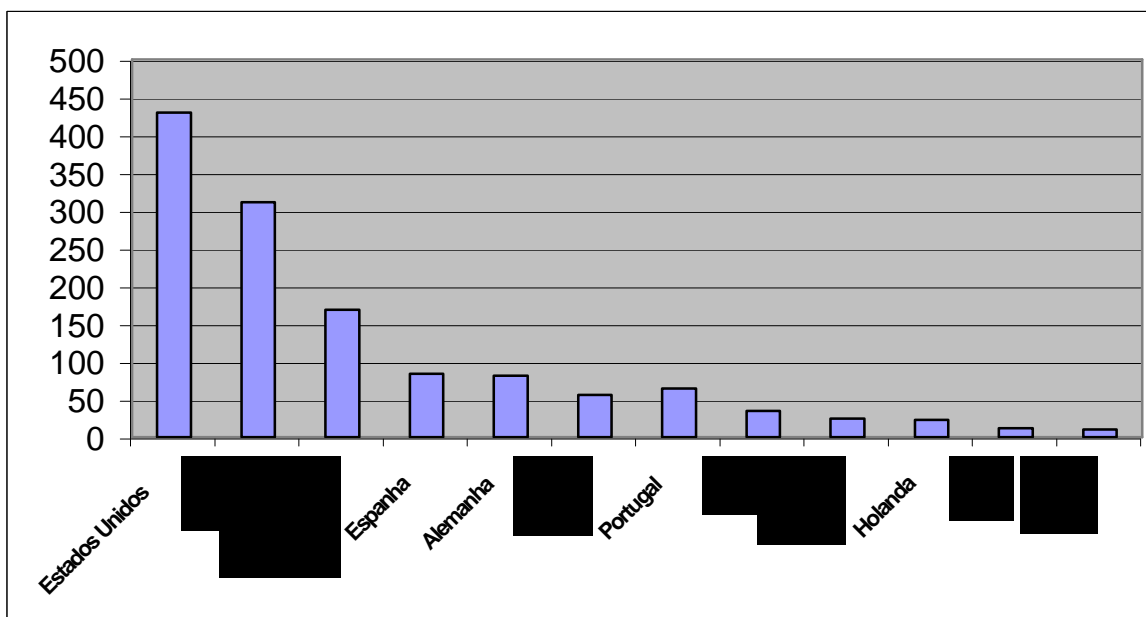
Quanto à distribuição de bolsas pelos diferentes países, em 2002, houve uma pequena alteração em relação aos fluxos tradicionais. A Espanha que fazia parte do segundo bloco passou para o primeiro superando a Alemanha. A distribuição de bolsas ocorreu do seguinte modo: 430 para os Estados Unidos, 311 para a França, 169 para a Inglaterra, 84 para a Espanha e 81 para a Alemanha. Estes países lideraram a preferência dos selecionados, ficando o Canadá, Portugal, a Holanda, a Itália, a Austrália, a Holanda, a Suíça e a Bélgica entre os países que formam um segundo bloco a que se destinam os estudantes brasileiros, conforme demonstram a tabela 5 e o gráfico 3.

TABELA 5
BOLSAS NO EXTERIOR – Número de Bolsistas no Exterior por País
de Destino de Jan/Dez 2002

País de Destino	Total	Doutorado	Doutorado Sanduíche	Especialização	Graduação Sanduíche	Mestrado	Pós-Doutorado
Estados Unidos	430	219	108	4	16	13	71
França	311	136	110	4	8		53
Grã-bretanha	169	127	29	2			11
Espanha	84	54	17	0			12
Alemanha	81	29	14	3	30		5
Canadá	56	31	12	1			13
Portugal	64	27	28				9
Itália	35	11	17	1			6
Austrália	25	18	5				2
Holanda	23	16	6				1
Suíça	12	5	5				1
Bélgica	10	4	4	1			2
Nova Zelândia	4	3					1
Argentina	4	1	2			1	
Áustria	2	1	1	0			0
Suécia	3	1	2				
México	3	1	1				1
Uruguai	1	0	1				0
Japão	1		0				1
Noruega	2	1	1				
Irlanda	1	1	0				
Cuba	1		1	0			
Dinamarca	2	1	1				
Finlândia	1		1				0
China	1		1				
Chile	1		1				
Costa do Marfim	1		1				
Total	1.325	687	366	16	54	14	188
Percentual	100	51,86	27,62	1,21	4,1	1,03	14,19

Fonte: [http://www.capes.gov.br/serviços/indicadores e estatísticas/boletim estatístico/bolsas no exterior/bolsistas](http://www.capes.gov.br/serviços/indicadores_e_estatísticas/boletim_estatístico/bolsas_no_exterior/bolsistas) (Tabela 8 – pág. 7)

GRÁFICO 3
BOLSAS NO EXTERIOR – Relação dos 12 países com maior concentração
de Bolsistas 2002



Fonte: [http://www.capes.gov.br/serviços/indicadores e estatísticas/boletim estatístico/bolsas no exterior/bolsistas](http://www.capes.gov.br/serviços/indicadores_e_estatísticas/boletim_estatístico/bolsas_no_exterior/bolsistas) (Tabela 8- pág.7)

A participação de bolsistas, segundo a região de origem, pode ser visualizada na tabela 6, observando-se o predomínio das Regiões Sudeste e Sul. A participação da Região Nordeste em 2002, ficou em torno de 10,5%. Percebe-se que houve um crescimento da participação desta Região em mais ou menos 1,5% em relação ao ano anterior.

O Gráfico 4 mostra a distribuição da origem dos bolsistas por Unidade da Federação, confirmando a grande concentração regional da base técnico-científica instalada no País. Cerca de 27,7 % dos bolsistas são oriundos do Estado de São Paulo, um percentual que sobe para 52,1%, somando a participação do Rio de Janeiro e de Minas Gerais, o que representa mais da metade dos bolsistas do programa de bolsa no exterior.

TABELA 6
BOLSAS NO EXTERIOR – Número de Bolsistas no Exterior Segundo a Região de
Origem do Bolsista (média mensal) – 2002

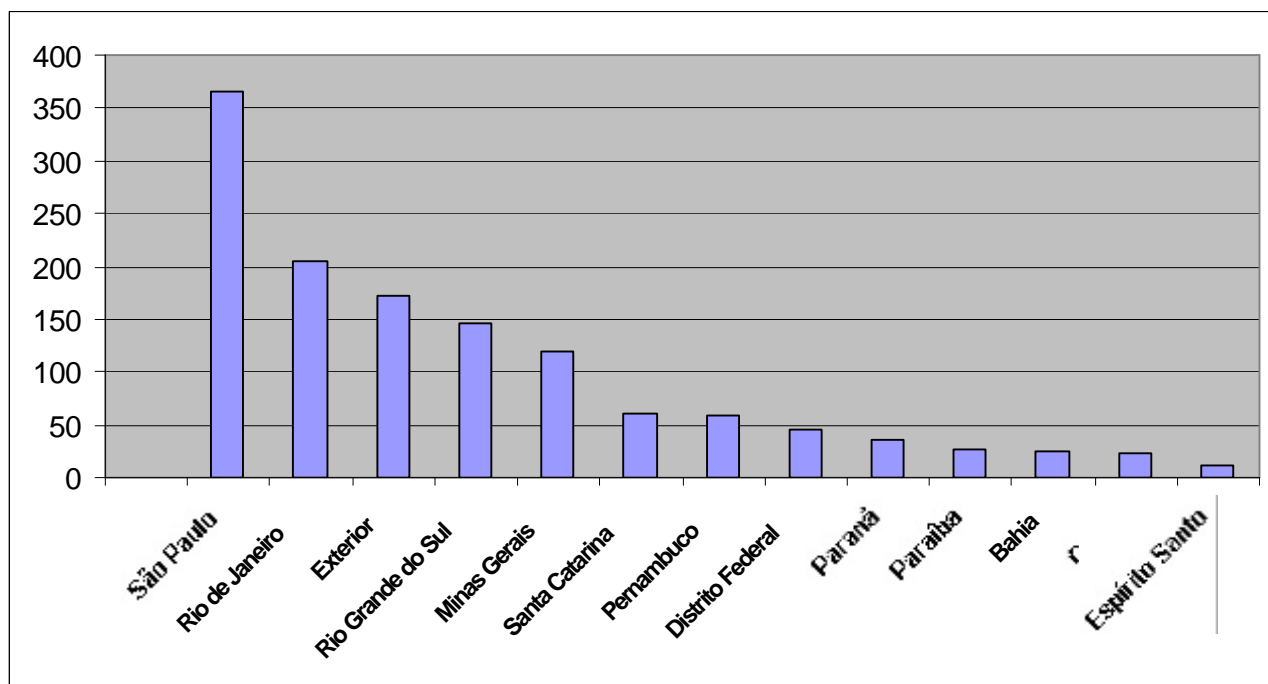
Região	Unidade da Federação	Total	Doutorado	Doutorado Sanduíche	Especialização	Graduação Sanduíche	Mestrado	Pós-Doutorado
Sudeste	São Paulo	366,8	126,7	140,3	4,8	20,1	4	71
	Rio de Janeiro	204,2	99,3	67,3	2,4	8,9	2,4	23,8
	Minas Gerais	118,9	73	30,9	0,4	3,9	0,5	10,2
	Espírito Santo	11,3	7,7	3,5		0,2		
	Total	701,3	306,7	242	7,7	33,1	6,9	105
Sul	Rio Grande do Sul	145,4	83,8	46,1	1,2	3,7	1,9	8,8
	Santa Catarina	61,3	34,5	23,6		1,6		1,6
	Paraná	35,9	16,6	9,2	1	6,7	0,7	1,8
	Total	242,6	134,8	78,8	2,2	11,9	2,6	12,3
Nordeste	Pernambuco	58,8	37,7	12,2	1,5	3,3	3,8	0,4
	Paraíba	26,6	22,4	3,6	0,3			0,3
	Bahia	23,8	12,6	9,2	1,8	0,1		0,3
	Ceará	23,4	18,1	3,2		2,2		
	Rio Grande do Norte	4,4	2,3	1,3	0,3	0,3		0,3
	Piauí	1	1					
	Alagoas	0,3		0,3				
	Total	138,4	94,1	29,7	3,8	5,8	3,8	1,3
Centro-Oeste	Distrito Federal	44,8	27,3	14,7	0,8	0,6		1,5
	Goiás	5,1	4,9			0,2		
	Total	49,9	32,2	14,7	0,8	0,8		1,5
Norte	Pará	6,5	5,8	0,7		0,1		
	Amazonas	4	3,4	0,2			0,4	
	Roraima	2,7				2,7		
	Total	13,2	9,2	0,8		2,8	0,4	
Exterior*	Exterior	172,1	108		0,7			63,4
	Total	172,1	108		0,7			63,4
Não Informada	Não Informada	7,3	1,9		0,9			4,4
	Total	7,3	1,9		0,9			4,4
Total Geral		1.325	687	366	16	54	14	188

Fonte: [http://www.capes.gov.br/serviços/indicadores e estatísticas/boletim estatístico/bolsas no exterior/bolsistas](http://www.capes.gov.br/serviços/indicadores-e-estatísticas/boletim-estatístico/bolsas-no-externo/bolsistas) (Tabela 9- pág.7)

Obs.: (Exterior = alunos brasileiros que já encontravam-se no exterior quando da solicitação da bolsa)

GRÁFICO 4

BOLSAS NO EXTERIOR –Número médio de Bolsistas no Exterior Segundo a Unidade da Federação de Origem do Bolsista – Jan/Dez 2002



Fonte: [http://www.capes.gov.br/serviços/indicadores e estatísticas/boletim estatístico/bolsas no exterior/bolsistas](http://www.capes.gov.br/serviços/indicadores_e_estatísticas/boletim_estatístico/bolsas_no_exterior/bolsistas) (Tabela 9– pág.7)

Simultaneamente ao desenvolvimento desse Programa, a Capes manteve as atividades de intercâmbio e cooperação internacional, que constituem importantes instrumentos para ampliação da competência científico-tecnológica do país. Destacaram-se os convênios e acordos implementados com a França (Acordo Capes/COFECUB); com a Alemanha (Programa Capes/DAAD); com os EUA (Comissão *Fulbrigt* e Universidade do Texas); com Portugal (ICCTI), além de diversos países latino-americanos. Merece destaque uma nova forma de intercâmbio, iniciada em 2001, criando-se “parcerias universitárias”. Foram firmados convênios e iniciados os primeiros projetos com os Estados Unidos, através do FIPSE (*Fund of Improvement of Post Secondary Education*) e com a Alemanha pelo DAAD (*Deutscher Akademischer Austauschdienst*).

O Programa FIPSE/CAPES contempla o consórcio de instituições, pelo menos duas de cada país, que, em conjunto, escolhem uma área acadêmica. Estabelecendo o intercâmbio de discentes de graduação e docentes, pretende-se compatibilizar e aprimorar currículos, tanto na estrutura como nos conteúdos das disciplinas, além da inovação em metodologias de ensino. Em situações especiais, isso poderá conduzir à dupla diplomação do aluno pelas instituições parceiras. Importante é a troca de alunos nos dois sentidos, com reconhecimento recíproco de créditos obtidos, com planos de estudos individuais previamente acordados pelas coordenadorias do consórcio.

Em 2002, foram apresentadas ao Programa FIPSE/CAPES vinte e três propostas de consórcios. Delas, selecionaram-se 10 consórcios com duração de quatro anos, envolvendo, nos dois países, 23 instituições.

Com a Alemanha, o Programa UNIBRAL (DAAD/CAPES) tem finalidade semelhante, com parcerias de pelo menos uma instituição de cada lado. Das dezoito propostas apresentadas em 2002, foram selecionadas 09.

Além da troca de alunos e professores, focando especialmente o ensino de graduação, o reconhecimento recíproco de créditos, os seminários paralelos de revisão e modernização curricular e propostas de futura diplomação dupla, já prevista em alguns projetos em andamento, levam à expectativa de uma crescente inserção internacional da universidade brasileira.

Iniciou-se, em 2001, o estudo de uma proposta de programa semelhante com a França, denominado BRAFITEC, entre a CAPES e a *Conférence des Directeurs d'Écoles et Formations d'Ingénieurs (CDEFI)*, que compreende as Grandes Escolas de Engenharia da França, com o objetivo de formar parcerias semelhantes às dos Estados Unidos e da Alemanha, agora concentradas na área tecnológica através de pequenas redes. Neste programa, quer-se atingir o estágio de dupla diplomação, já em exercício com algumas escolas de engenharia no país (USP - Politécnica, PUC-Rio, UFRGS - Porto Alegre e UFC - Fortaleza). O programa BRAFITEC/CAPES foi implementado em 2002, tendo sido apresentadas 24 propostas. Entre estas, foram selecionadas 10 com duração de quatro anos, envolvendo 25 instituições nos dois países.

A cada ano deverão ser acrescentados novos projetos aos programas com a previsão de, a partir de 2005, estarem em realização simultaneamente, 40 consórcios FIPSE/CAPES com pelo menos 84 parceiros, 50 consórcios UNIBRAL (DAAD/CAPES) com mais ou menos 50 parceiros e 40 consórcios (BRAFITEC/CAPES) com cerca de 40 parceiros de cada país, respectivamente. Como as parcerias nacionais não devem pertencer ao mesmo estado, está-se obtendo uma distribuição regional mais equilibrada que a dos programas habituais da cooperação internacional. Desta forma, quando os três programas estiverem em pleno andamento, cerca de 174 instituições nacionais estarão em intercâmbio continuado com outras tantas estrangeiras.

Do ponto de vista operacional, em 2002, a Agência continuou desenvolvendo o projeto de gerenciamento eletrônico de dados que contribuiu significativamente para o aprimoramento gerencial da Capes. As operações no setor de bolsas no exterior ainda eram realizadas com base nas rotinas e processos tradicionais, manipulados em papel. Com o novo sistema eletrônico, houve grande melhoria na operacionalização das atividades no exterior, especialmente aquelas referentes aos processos de candidatura e seleção, bem como em toda a sistemática de suporte ao pagamento e acompanhamento dos bolsistas.

Ainda com respeito ao Programa de Bolsas no Exterior, cabe mencionar o trabalho desenvolvido para revisão e aperfeiçoamento dos critérios e procedimentos, relativos à alocação de bolsistas de doutorado no exterior. Para

tanto, a Capes vem reforçando sua presença junto a instituições estrangeiras, com vistas a uma melhor utilização dos recursos aplicados na forma de bolsas e taxas escolares. Tal estratégia inclui, também, a identificação de parcerias locais que contribuam com seu conhecimento em cada país.

Neste sentido, a CAPES estabeleceu, em 1998, um Projeto Piloto para a alocação de candidatos a bolsas de Doutorado pleno nos EUA em instituições altamente conceituadas envolvendo o *INTERNATIONAL INSTITUTE OF EDUCATION – IIE* e o *ACADEMIC AND PROFESSIONAL PROGRAMS FOR THE AMERICAS – LASPAU*, visando redução de custos, através de dispensas parciais ou totais de *tuition* e *fees*, sem prejuízo da qualidade acadêmica. Ao *IIE* coube a alocação de 08 candidatos e 09 ao *LASPAU*, naquele ano.

Após uma avaliação do desempenho das duas instituições, a Capes optou pela continuidade do programa sob a supervisão do *IIE*, com o qual estabeleceu, no ano de 2000, uma cooperação formal das ações, agora numa escala abrangendo todos os bolsistas que se dirijam àquele país a cada período de inscrição à bolsa desta Agência. Nesta cooperação, estão previstos serviços de inscrição, encaminhamento e monitoramento das postulações feitas pelos candidatos em diversas instituições americanas, além de providências para a concessão e renovação, pelo próprio *IIE*, do visto tipo J-1.

Como consequência, essa instituição ficou também incumbida, de assessorar a CAPES no relacionamento com as instituições americanas, bem como prestar esclarecimentos de questões referentes a valores de taxas escolares.

A Cooperação supracitada pode ser visualizada sob três aspectos:

- o primeiro, a economia feita com a redução de custos, propiciados pela diminuição, ou até completa dispensa em alguns casos, de cobrança de taxas escolares para bolsistas novos ou mesmo em curso;
- o segundo, propiciado pela segurança de que os ex-bolsistas só retornarão aos Estados Unidos, após o término dos estudos, com a não objeção formal da CAPES, situação garantida mediante a concessão do visto J-1;
- o terceiro, considerado muito importante e menos aparente, permite uma maior visibilidade dos bolsistas da CAPES no sistema de pós-graduação americano que, diante da forte presença estrangeira, tende a tratar nossos bolsistas de forma indiferenciada, sem conferir-lhe qualquer identidade.

O apoio de uma organização americana, com as características do *IIE*, orientando os bolsistas mesmo antes da chegada deles às Universidades americanas, momento considerado crítico, poderá contribuir para que eles tenham um melhor desempenho em suas inserções, maximizando o potencial para o desenvolvimento de suas atividades futuras.

Por outro lado, a certeza da concessão do visto J-1, sob a inteira responsabilidade do *IIE*, assegura à CAPES tanto o controle da movimentação

dos bolsistas enquanto estiverem nos EUA, como a certeza de que eles só retornarão ao mercado americano, após cumprir o interstício exigido pelo programa de bolsas no exterior o que é de interesse desta Agência e do País.

Vale ressaltar que, do total dos 50 estudantes que efetivamente foram inscritos nas Universidades americanas pelo IIE em 2001, 13 conseguiram redução parcial ou total de taxas escolares e 01 obteve redução por todo o período do doutorado. Já em 2002, foram inscritos 44 com 14 agraciados com reduções de taxas. Estes números demonstram uma real possibilidade da obtenção de redução desta categoria de despesa por meio da intermediação do IIE.

3.2 – Programa de Bolsas de Estudos no País

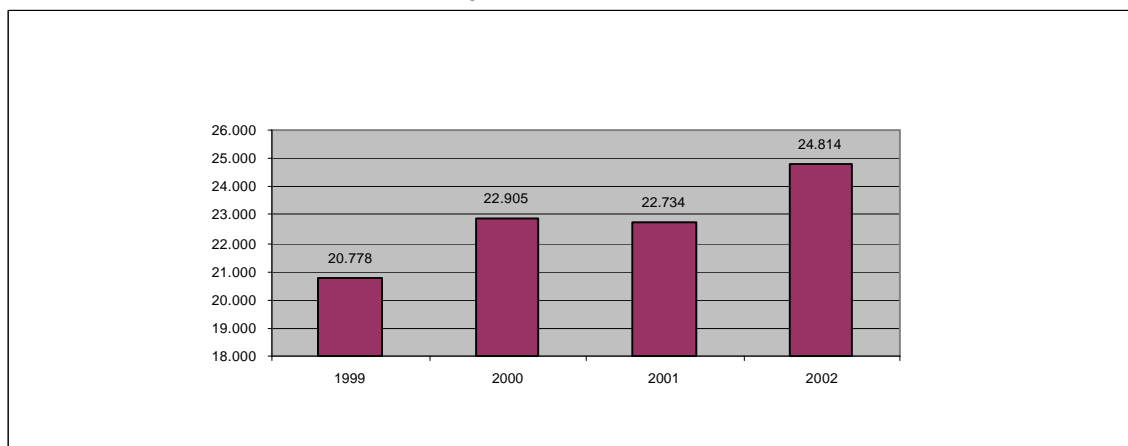
O Programa de Bolsas no País constitui-se na ação de formação e capacitação de recursos humanos de alto nível necessários ao desenvolvimento nacional. São vários os programas implementados com este escopo. Caracterizam-se pela conciliação do atendimento à demanda espontânea, com base no mérito, havendo a inclusão, de forma harmônica, dos procedimentos de indução baseados em critérios que buscam uma interação crescente dos anseios individuais e institucionais com as necessidades econômicas e sociais. Estas últimas, materializadas pelas prioridades governamentais e dos setores produtivos, especialmente aquelas dos campos da educação e da saúde, ou dos setores estratégicos definidos pelas políticas de governo.

Além de conceder bolsas, ele apóia eventos de caráter científico, tecnológico e cultural, organizados por associações e sociedades nacionais científicas, de pós-graduação e de pesquisa por meio do Programa de Apoio a Eventos no País – PAEP. Os eventos apoiados devem apresentar interesse inequívoco para a pós-graduação *stricto sensu* e possuir, obrigatoriamente, caráter nacional e/ou internacional, dirigir-se a um público diversificado nacional e/ou internacionalmente e ser de curta duração.

Observa-se, pelos dados do gráfico 5, no período de 1999 a 2002 que o número médio de bolsistas apoiados pela Capes no país apresenta nos dois primeiros anos um crescimento em torno de 10%, do segundo para o terceiro verifica-se que ele está mais ou menos estável, já do terceiro para o quarto, nota-se uma elevação em torno de 9%. Esta oscilação ocorre, ao longo dos anos, em decorrência da reestruturação do programa de bolsas para atender melhor a demanda de capacitação de formação de pessoal.

Gráfico 5

BOLSA NO PAÍS – Evolução do Número Médio de Bolsistas 1999/2002



Fo

nte: MEC/Capes/Diretoria de Administração (Relatórios de Gestão/TCU) - 2002

No entanto, parte do crescimento do número de bolsa no exercício de 2002 ocorreu mediante aprovação de crédito suplementar para atender a ampliação da concessão de novas bolsas, nas modalidades de mestrado e doutorado, que apoiaram 290 programas de pós-graduação e beneficiaram 1.153 novos bolsistas.

3.2.1 - Programa de Demanda Social

O Programa de Demanda Social constitui-se no maior programa de fomento da Capes, tendo totalizado, em 2002, um investimento de R\$ 142.500.000,00 (Cento e quarenta e dois milhões e quinhentos mil reais) somente em bolsas de estudo. Tal dispêndio correspondeu a 27,64 % (vinte e sete vírgula sessenta e quatro por cento) do orçamento total executado pela Agência.

O principal objetivo do programa é formar recursos humanos de alto nível necessários ao País, proporcionando aos programas de pós-graduação *stricto sensu* condições adequadas ao desenvolvimento de suas atividades.

Tais condições ocorrem por meio da concessão de quotas de bolsas de estudo aos programas de pós-graduação de instituições de ensino superior, com nota igual ou superior a 3, para que mantenham, em tempo integral, alunos de excelente desempenho acadêmico. O processo de concessão de bolsas está vinculado ao sistema de acompanhamento e avaliação realizado pela Capes.

Em 2002, o Programa de Demanda Social implementou um número médio de 12.086 bolsas, (15,5% a mais que em 2001), sendo 4.294 de Doutorado (28,5% a mais que em 2001) e 7.792 de Mestrado,(9,4% a mais que em 2001). Um aspecto importante a repercutir na gestão desse programa foi a orientação programática, adotada por esta Agência, no sentido de dar um tratamento diferenciado às ações de fomento, de modo a atender mais

adequadamente os diferentes perfis de demandas de apoio à pós-graduação. Em conseqüência, as ações do programa foram subdivididas, merecendo destacar o redirecionamento de parcelas das ações do Programa de Fomento à pós-graduação - PROF e para o Programa de Suporte à Pós-graduação das Instituições de Ensino Superior Particulares - PROSUP, com ênfase nas especificidades e nas condições distintas das IES particulares. Assim, parte significativa de recursos do Demanda Social foi alocada nos novos Programas.

TABELA 7
DEMANDA SOCIAL – Número Médio de Bolsistas de Mestrado no País, por Grande Área do Conhecimento – jan/dez de 2002

Mês/Ano	Total	E & T	Bio	Eng	Saúde	Agr	CSA	Hum	LLA	Multid
jan/02	7.074	1.090	797	1.265	951	1.019	433	975	369	175
fev/02	6.989	1.082	788	1.252	937	1.000	428	969	361	172
mar/02	7.031	1.036	843	1.194	1.043	1.120	391	889	333	182
abr/02	7.611	1.141	886	1.324	1.097	1.205	426	983	358	191
mai/02	7.716	1.168	888	1.357	1.098	1.210	431	1.002	364	198
jun/02	7.877	1.190	902	1.395	1.091	1.223	442	1.052	381	201
jul/02	8.090	1.208	920	1.430	1.116	1.243	456	1.078	410	229
ago/02	8.150	1.235	910	1.442	1.114	1.239	457	1.105	407	241
set/02	8.166	1.231	914	1.444	1.111	1.239	462	1.109	406	250
out/02	8.232	1.250	920	1.456	1.125	1.241	461	1.117	414	248
nov/02	8.287	1.260	922	1.467	1.137	1.252	461	1.120	416	252
dez/02	8.283	1.257	922	1.466	1.137	1.252	461	1.120	416	252
Média	7.792	1.179	884	1.374	1.080	1.187	442	1.043	386	216
Percentual	100	15,13	11,35	17,64	13,86	15,23	5,68	13,39	4,96	2,77

Fonte: [http://www.capes.gov.br/serviços/indicadores e estatísticas/boletim estatístico/bolsas no país/mensalidades](http://www.capes.gov.br/serviços/indicadores_e_estatísticas/boletim_estatístico/bolsas_no_país/mensalidades) (Tabela 1- pag. 6)

Legenda:

E&T: Ciências Exatas e da Terra
 Bio: Ciências Biológicas
 Eng: Engenharia
 Saúde: Ciências da Saúde
 Agr: Ciências Agrárias

CSA: Ciências Sociais Aplicadas
 Hum: Ciências Humanas
 LLA: Lingüística, Letras e Artes
 Multid: Multidisciplinar

TABELA 8
DEMANDA SOCIAL – Número médio de bolsistas de Doutorado no país, por grande área do conhecimento- jan/dez 2002

Mês/Ano	Total	E & T	Bio	Eng	Saúde	Agr	CSA	Hum	LLA	Multid
jan/02	3.436	589	504	534	567	457	128	451	167	39
fev/02	3.410	580	500	532	561	454	127	451	166	39
mar/02	4.086	647	627	572	791	590	147	469	186	57
abr/02	4.282	674	654	601	818	606	153	523	190	63
mai/02	4.317	686	663	606	826	602	150	529	192	63
jun/02	4.367	689	661	610	831	601	157	553	202	63
jul/02	4.457	693	672	616	843	627	163	557	207	79
ago/02	4.542	715	692	617	848	641	162	578	208	81
set/02	4.604	715	693	624	863	655	166	594	213	81
out/02	4.639	728	704	633	869	651	164	594	215	81
nov/02	4.699	741	709	645	885	656	165	601	215	82
dez/02	4.690	738	708	643	884	656	165	599	215	82
Média	4.294	683	649	603	799	600	154	542	198	68
Percentual	100	15,9	15,11	14,04	18,6	13,96	3,58	12,61	4,61	1,57

Fonte: [http://www.capes.gov.br/serviços/indicadores e estatísticas/boletim estatístico/bolsas no país /mensalidades](http://www.capes.gov.br/serviços/indicadores_e_estatísticas/boletim_estatístico/bolsas_no_país/mensalidades) (Tabela 2.2 – pág. 6)

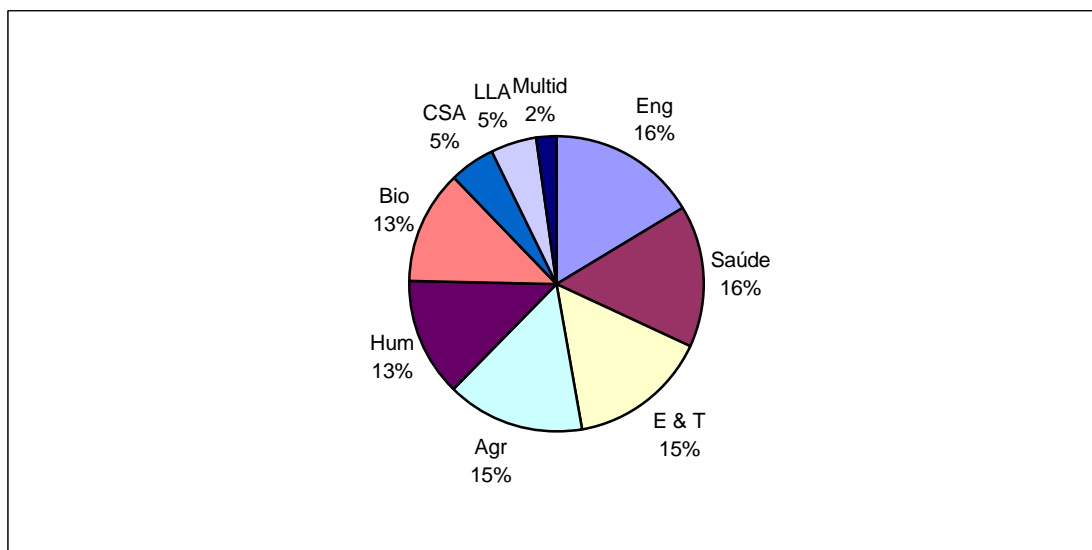
Legenda:

E&T: Ciências Exatas e da Terra
 Bio: Ciências Biológicas
 Eng: Engenharia
 Saúde: Ciências da Saúde
 Agr: Ciências Agrárias

CSA: Ciências Sociais Aplicadas
 Hum: Ciências Humanas
 LLA: Lingüística, Letras e Artes
 Multid: Multidisciplinar

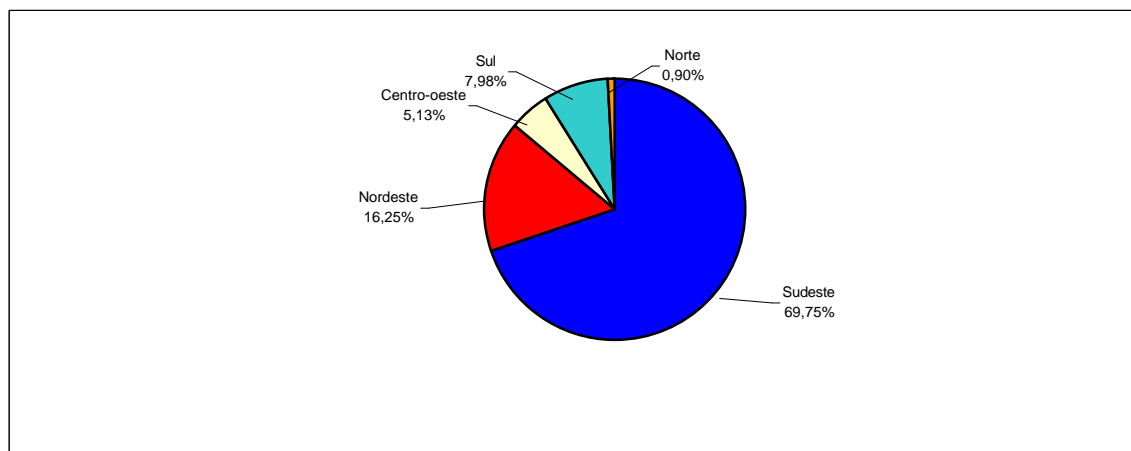
As tabelas 7 e 8, apresentadas acima, revelam como deu-se a implementação do programa durante o ano, com a distribuição mensal das bolsas de mestrado e de doutorado pelas grandes áreas do conhecimento. O gráfico 6, por sua vez, proporciona uma visão da distribuição da média mensal dos valores de bolsas, podendo-se constatar um atendimento proporcionalmente balanceado entre as grandes áreas.

GRÁFICO 6
DEMANDA SOCIAL – Valores pagos no país - porcentagem, por grande área do conhecimento (Médias Mensais) - 2002



Fonte: [http://www.capes.gov.br/serviços/indicadores e estatísticas/boletim estatístico/bolsas no país/mensalidades](http://www.capes.gov.br/serviços/indicadores_e_estatísticas/boletim_estatístico/bolsas_no_país/mensalidades) (Tabela 2.2– pág. 6)

GRÁFICO 7
DEMANDA SOCIAL – Distribuição de bolsistas segundo as regiões do país - 2002



Fonte: [http://www.capes.gov.br/serviços/indicadores e estatísticas/boletim estatístico/bolsas no país/mensalidades](http://www.capes.gov.br/serviços/indicadores_e_estatísticas/boletim_estatístico/bolsas_no_país/mensalidades) (Tabela 1– pág. 6)

Conforme mostra o gráfico 7, os dispêndios do Programa estão concentrados na região Sudeste, que recebeu cerca de 69,75 % dos valores. Isto deve-se à concentração dos programas de pós-graduação e ao maior peso da demanda, como também à maior presença de indicadores qualitativos nos estados do Sudeste. A Região Nordeste alcançou 16,25 %, ultrapassando a Região Sul que caiu para 7,98 %, enquanto as Regiões Centro-Oeste e Norte participam apenas com 5,13 % e 0,90 %, respectivamente.

Cabe registrar, uma importante iniciativa de cunho pedagógico, tomada no âmbito do Programa Demanda Social. Trata-se do estabelecimento do

estágio docente como atividade obrigatória na formação curricular de seus bolsistas. Em muitas instituições, esse estágio passou a ser adotado para todos os estudantes de pós-graduação de seus programas, contribuindo eficazmente para a melhoria do ensino de graduação e para a integração entre os níveis de ensino.

3.2.2 - Programa de Fomento à Pós-Graduação – PROF

O PROF tem por objetivo promover a prática da autonomia na utilização dos recursos destinados ao financiamento da pós-graduação que pode ser feita de forma mais flexível e eficiente. As instituições participantes apresentaram, sob convite da CAPES, um planejamento bienal com metas cuja consecução é avaliada para fins de permanência no programa e/ou ampliação dos recursos.

O programa foi criado em 1998, com a participação inicial de 7 (sete) instituições federais convidadas (UFPA, UFRPE, UFLA, UFV, UNIFESP, UFSC, UFRGS) cujos programas de ensino de pós-graduação eram, anteriormente, apoiados pelo Programa Demanda Social e pelo Programa de Apoio à Pós-Graduação – PROAP. A UnB e UFMG ingressaram no programa em 1999 e a UFPR em 2001. Em 2002 foram desligadas a UnB, a UFLA e a UNIFESP.

Foi uma iniciativa experimental, visando não apenas obter maior racionalização e efetividade das ações de fomento e apoio da Capes, como, principalmente, propiciar às universidades participantes maior autonomia e flexibilidade de gestão dos recursos, em consonância com a dinâmica das necessidades e das programações de seus respectivos cursos.

Em 2002, o programa concedeu uma média mensal de 3.258 bolsas (8,8% a menos que em 2001), para 255 programas de pós-graduação de sete instituições, destas, foram utilizadas em média 2.407 bolsas de mestrado (8,5% a mais que em 2001) e 984 de doutorado (9,4 % a menos que em 2001).

Os itens financiados pelo programa são: recursos para pagamento de bolsas de estudo, de custeio das atividades de pós-graduação e capital. Os recursos de capital são restritos devido a sua baixa disponibilidade no orçamento. Em 2002, foram utilizados R\$ 46.700.000,00 (quarenta e seis milhões e setecentos mil reais) em bolsas e custeio e R\$ 2.600.000,00 (dois milhões e seiscentos mil reais) em capital.

TABELA 9
PROF - Número Médio de Bolsistas no País por Grande Área do Conhecimento
Jan/dez 2002 - Mestrado

Mês	Total	E & T	Bio	Eng	Saúde	Agr	CSA	Hum	LLA	Multid
Janeiro	2.960	288	389	444	358	607	278	387	152	57
Fevereiro	2.923	286	385	440	357	597	271	381	149	57
Março	1.871	167	266	302	177	362	199	260	99	39
Abril	2.078	193	293	305	199	420	230	283	108	47
Mai	2.073	195	286	307	196	421	229	284	111	44
Junho	2.039	193	283	294	191	419	226	279	111	43
Julho	2.460	262	330	381	221	473	264	322	137	70
Agosto	2.467	255	332	390	221	470	260	330	140	69
Setembro	2.488	252	325	386	222	509	257	329	138	70
Outubro	2.494	254	320	387	223	509	258	332	140	71
Novembro	2.518	252	317	402	218	509	262	348	139	71
Dezembro	2.512	252	317	400	218	505	262	349	138	71
Média	2.407	237	320	370	233	483	250	324	130	59
Percentual	100	9,86	13,31	15,37	9,7	20,08	10,37	13,45	5,41	2,45

Fonte: <http://www.capes.gov.br/serviços/indicadores e estatísticas/boletim estatístico/bolsas no país/mensalidades> (Tabela 2– pág.5)

Legenda:

E&T: Ciências Exatas e da Terra

Bio: Ciências Biológicas

Eng: Engenharia

Saúde: Ciências da Saúde

Agr: Ciências Agrárias

CSA: Ciências Sociais Aplicadas

Hum: Ciências Humanas

LLA: Lingüística, Letras e Artes

Multid: Multidisciplinar

TABELA 10
PROF - Número Médio de Bolsistas no País por Grande Área do Conhecimento
Jan/Dez 2002 - Doutorado

Mês/Ano	Total	E & T	Bio	Eng	Saúde	Agr	CSA	Hum	LLA	Multid
Janeiro	1.121	99	200	154	187	246	50	100	45	40
Fevereiro	1.112	98	197	153	187	247	45	100	46	39
Março	810	89	141	128	61	199	44	78	41	29
Abril	878	91	149	131	62	232	45	87	45	36
Mai	869	89	149	134	60	226	45	84	46	36
Junho	866	87	150	135	60	226	45	83	45	35
Julho	926	101	164	143	64	227	47	90	51	39
Agosto	937	103	171	140	64	221	53	96	50	39
Setembro	967	111	169	139	65	238	53	99	54	39
Outubro	977	113	175	143	64	241	52	98	52	39
Novembro	982	122	175	141	65	237	52	101	50	39
Dezembro	978	121	174	141	65	237	51	100	50	39
Média	952	102	168	140	84	231	49	93	48	37
Percentual	100	10,72	17,63	14,7	8,79	24,31	5,09	9,77	5,03	3,93

Fonte: <http://www.capes.gov.br/serviços/indicadores e estatísticas/boletim estatístico/bolsas no país/mensalidades> (Tabela 2– pág.5)

Legenda:

E&T: Ciências Exatas e da Terra

Bio: Ciências Biológicas

Eng: Engenharia

Saúde: Ciências da Saúde

Agr: Ciências Agrárias

CSA: Ciências Sociais Aplicadas

Hum: Ciências Humanas

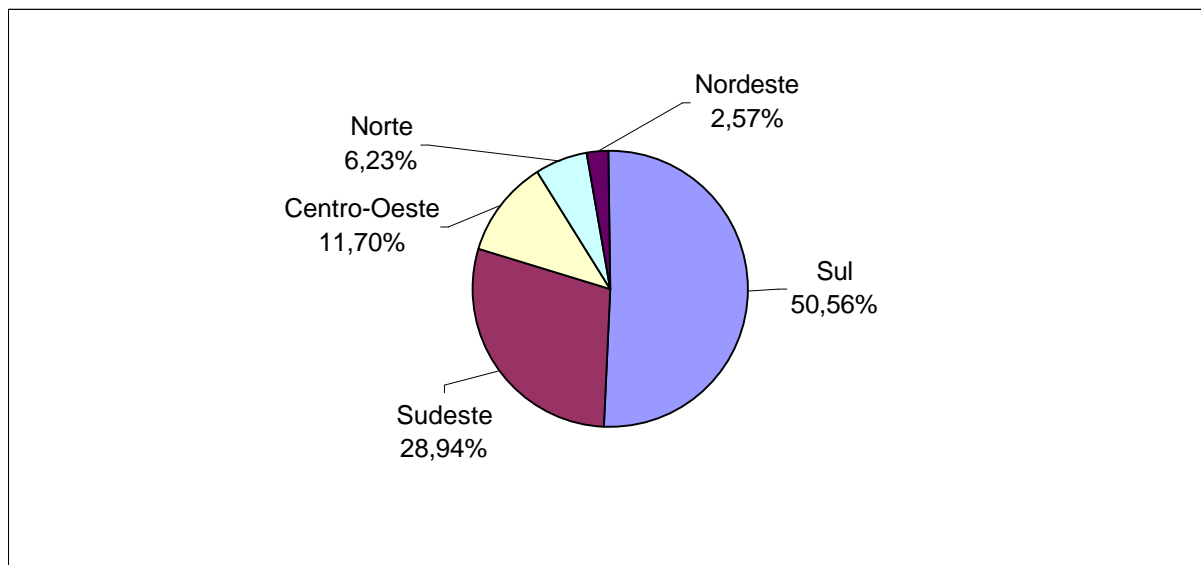
LLA: Lingüística, Letras e Artes

Multid: Multidisciplinar

Considerando a localização regional das IES participantes, 79,50 % da distribuição dos bolsistas ficaram nas regiões Sudeste e Sul, 11,70 % no Centro-Oeste e 8,8% nas Regiões Norte e Nordeste.

Atualmente, está sendo feita a análise dos relatórios de execução do planejamento institucional da primeira fase do biênio para UFRPE, UFV e UFRGS, e relatório do término do biênio para UFPA,UFSC,UFPR e UFMG.

GRÁFICO 8
PROF - Distribuição de Bolsistas Segundo as Regiões do País - 2002



Fonte: [http://www.capes.gov.br/serviços/indicadores e estatísticas/boletim estatístico/bolsas no país/mensalidades](http://www.capes.gov.br/serviços/indicadores_e_estatísticas/boletim_estatístico/bolsas_no_país/mensalidades) (Tabela 3 – pág.5)

3.2.3 - Programa de Suporte à Pós-Graduação das Instituições de Ensino Superior Particulares - PROSUP

As instituições de ensino superior particulares, que ministram programas de pós-graduação com apoio da Capes no âmbito do Programa Demanda Social- DS, foram convidadas, no ano de 2000, a participar de um novo programa, formulado especialmente para atender suas especificidades, bem como para propiciar maior flexibilidade relativamente às políticas de financiamento de infra-estrutura e de manutenção e apoio aos estudantes bolsistas. Deste modo, o PROSUP tem por característica a concessão de suporte, que pode envolver tanto o pagamento de mensalidade de manutenção ao aluno, como o pagamento das taxas escolares (Modalidade 1) ou apenas o pagamento das taxas escolares (Modalidade 2). Com esta alternativa, no processo de financiamento, a Capes pode subsidiar os estudantes que, por não puderem receber a mensalidade de manutenção, também não tinham suas taxas escolares pagas pela Agência.

Em 2002, a Capes concedeu uma média mensal de 2.907 bolsas, sendo 2.126,9 de mestrado e 777 de doutorado para alunos de programas de pós-graduação *stricto sensu* de instituições de ensino superior particular, referendados pela avaliação da Capes. O dispêndio médio anual foi de R\$

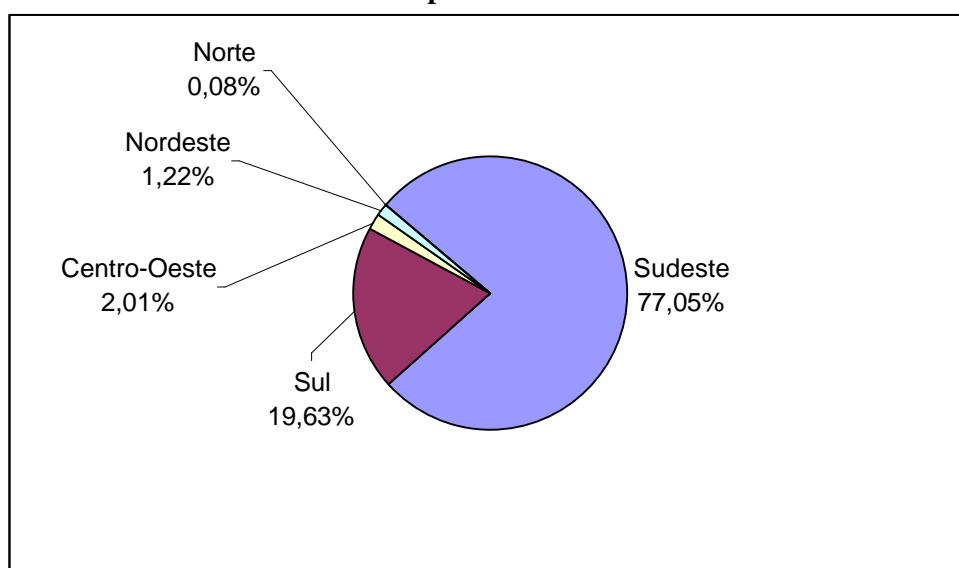
17.854,85 (dezessete milhões, oitocentos e cinquenta e quatro mil reais e oitenta e cinco centavos) canalizados em sua totalidade para as Regiões Sudeste (77,05 %), Sul (19,63 %) e algo em torno de 3,31 % para o Nordeste, Norte e o Centro-Oeste. A tabela 11 e o gráfico 9 abaixo ilustram os dados apresentados:

Tabela 11
PROSUP - Número Médio de Bolsistas no País Jan/Dez 2002

Mês	<i>Mestrado</i>		<i>Doutorado</i>		Valor Total (R\$ mil)
	Nº Bolsistas	Valor (R\$ mil)	Nº Bolsistas	Valor (R\$ mil)	
Janeiro	1.857	953,20	692	353,75	1.306,95
Fevereiro	1.852	950,70	692	353,75	1.304,45
Março	1.945	998,25	758	386,40	1.384,65
Abril	1.942	996,65	759	386,80	1.383,45
Mai	1.938	994,20	770	392,05	1.386,25
Junho	1.946	998,15	778	395,90	1.394,05
Julho	2.182	1.119,70	808	411,05	1.530,75
Agosto	2.338	1.200,85	819	417,55	1.618,40
Setembro	2.363	1.213,20	804	409,85	1.623,05
Outubro	2,386	1.225,10	814	415,00	1.640,10
Novembro	2,380	1.221,95	815	415,55	1.637,50
Dezembro	2,394	1.229,25	816	416,00	1.645,25
Acumulado:		13.101,20		4.753,65	17.854,85
Média	2.126,9	1.091,77	777,1	396,14	1.487,90

Fonte: http://www.capes.gov.br/serviços/indicadores_e_estatísticas/boletim_estatístico/bolsas_no_país/mensalidades (Tabela 1– pág. 2)

GRÁFICO 9
PROSUP - Distribuição de bolsistas segundo as regiões do país em 2002



Fonte: http://www.capes.gov.br/serviços/indicadores_e_estatísticas/boletim_estatístico/bolsas_no_país/mensalidades (Tabela 1– pág. 2)

3.2.4 - Programa Institucional de Capacitação Docente e Técnica – PICDT

O Programa Institucional de Capacitação Docente e Técnica – PICDT também constituiu um tradicional instrumento de fomento da Capes e veio desempenhando um papel de mais alta importância para o fortalecimento do sistema brasileiro de pós-graduação.

No entanto, durante o ano de 2001, a Capes iniciou uma avaliação gerencial do PICDT, visando à correção de algumas situações desfavoráveis em sua operação, como o predomínio da decisão individual na capacitação docente; a ausência de uma aferição das necessidades e carências segundo as áreas e instituições; a idade média elevada dos beneficiários e a falta de maior aderência às transformações do sistema nacional de pós-graduação.

Neste sentido, os estudos e as discussões realizadas pelos técnicos, pelas instâncias colegiadas e pelos segmentos representativos da comunidade acadêmica levaram a Capes a propor a substituição progressiva do PICDT pelo Programa de Qualificação Institucional – PQI, que se mostra mais capaz de incorporar e sustentar as mudanças apontadas.

Em 2002, foi implementado o PQI, objetivando dar apoio a missões de estudo e de trabalho voltado à formação de docentes de Instituições Públicas de Ensino Superior, vinculados a projetos conjuntos de pesquisa e pós-graduação entre equipes de diferentes regiões do País, ou de diferentes cidades da mesma região e de diferentes Instituições. Neste mesmo ano, foi extinto o PICDT sendo que sua última distribuição de quotas de bolsa ocorreu no 1º semestre. Com a sua extinção, foram financiadas bolsas de mestrado e doutorado, calculadas considerando apenas a manutenção dos bolsistas ativos.

Para a implementação do PICDT, no 1º semestre de 2002, a Capes concedeu às IES públicas um total médio de 3.047,7 bolsas, sendo 2.810,7 de doutorado, 2,3 de doutorado-sanduiche, 224,3 de mestrado e 9,4 de pós-doutorado, (tabela 12) envolvendo um aporte de recursos no valor de R\$ 41.000.000,00 (quarenta e um milhões de reais).

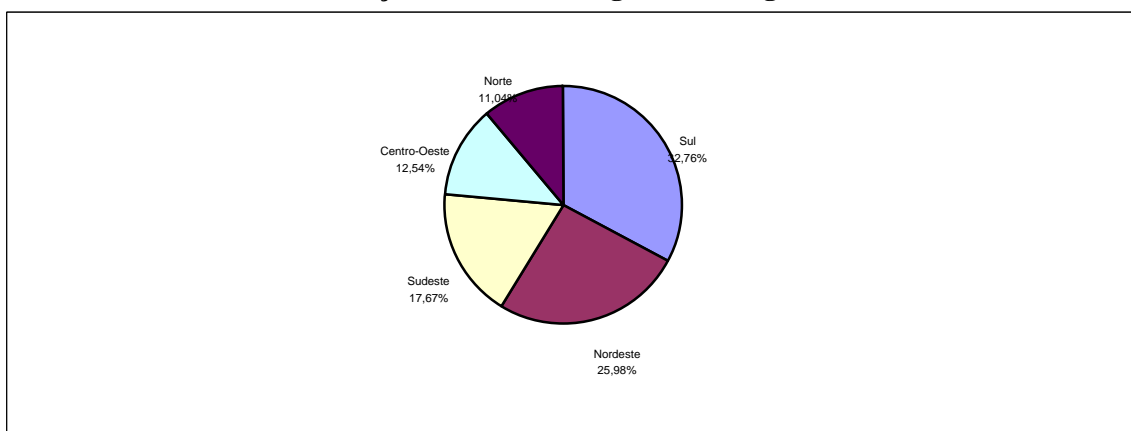
TABELA 12
PICDT – Número Médio de Bolsistas no País – jan/dez 2002

Mês	Pós-Doutorado	Mestrado	Doutorado Sanduíche	Doutorado
Janeiro	17	347	3	3.047
Fevereiro	17	329	3	3.009
Março	16	213	1	2.891
Abril	12	212		2.895
Maiο	12	215		2.885
Junho	12	213		2.855
Julho	9	209		2.831
Agosto	4	207		2.795
Setembro	2	190		2.650
Outubro	1	188		2.634
Novembro	1	185		2.622
Dezembro		183		2.614
Média	9,4	224,3	2,3	2.810,70

Fonte: <http://www.capes.gov.br/serviços/indicadores e estatísticas/boletim estatístico/bolsas no país/mensalidades> (Tabela 1– pág. 5)

Convém observar ainda que a Capes veio realizando, no âmbito desse programa, um forte esforço para concretizar a política de desconcentração e de redução das disparidades regionais. É o que se pode comprovar pelos percentuais de destinação de suas aplicações que não seguem as tendências concentradoras apresentadas pelo PIB ou pela distribuição da capacidade instalada de ensino e pesquisa (Gráfico 10). Verifica-se que a Região sul lidera com 32,76 %, seguida pela Região Nordeste com 25,98 % e a Região Sudeste com 17,67 %. As Regiões Norte e Centro-Oeste apresentam participação expressiva, em torno de 11,04 % e 12,54 %, respectivamente.

GRÁFICO 10
PICDT – Distribuição de Bolsistas Segundo as Regiões do País - 2002



Fonte: <http://www.capes.gov.br/serviços/indicadores e estatísticas/boletim estatístico/bolsas no país /mensalidades> (Tabela 1A– pág. 34 a 43)

Como pode-se observar pelos dados da tabela 13 e do Gráfico 11, a concentração de alunos e de investimentos não está nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro. Lideram os estados que buscam uma participação mais destacada no cenário científico nacional, como Paraná, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Paraíba, Pará, Bahia, Mato Grosso, Rio Grande do Norte e Ceará. Espera-se que com a reformulação do PICDT o enfoque institucional/regional seja diferenciado, sem deixar de considerar os critérios do mérito.

TABELA 13
PICDT – Número de bolsistas (Médias Mensais), segundo as Unidades da Federação – 2002

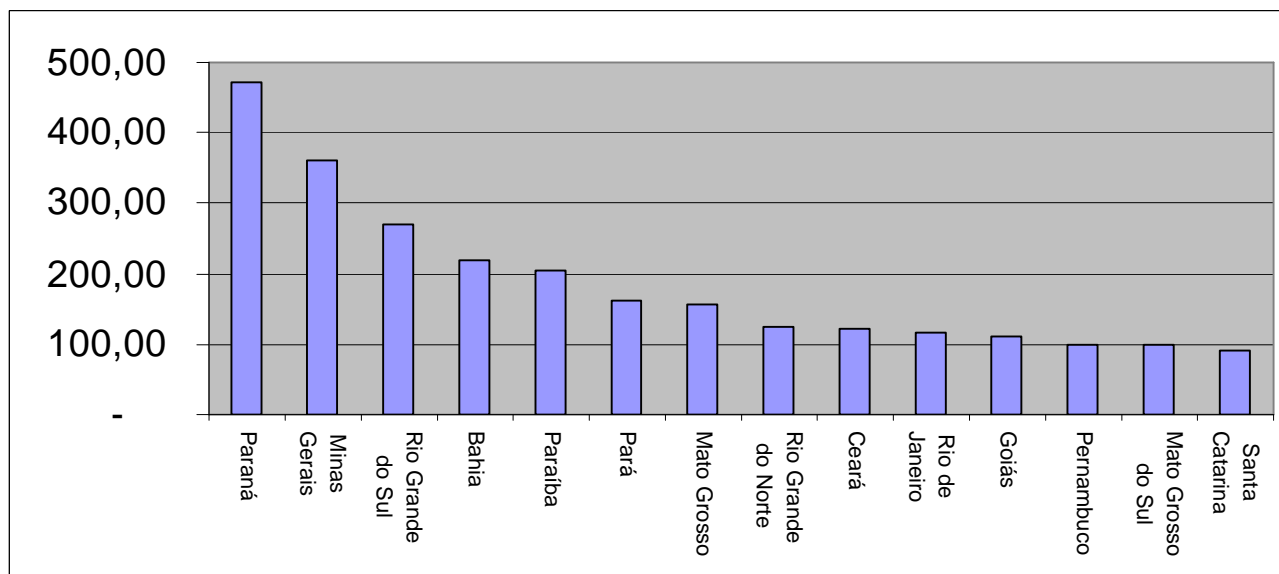
Unidades da Federação	Pós-Doutorado		Mestrado		Doutorado Sanduíche		Doutorado		Valor (R\$ Mil)	
	Nº bolsistas	(%)	Nº bolsistas	(%)	Nº bolsistas	(%)	Nº bolsistas	(%)	Valor	(%)
Paraná	1	6,31	25,3	11,26			426,2	15,16	471,79	14,79
Minas Gerais	4	25,25	16	7,11	1	33,33	323,3	11,5	360,96	11,31
Rio Grande do Sul	2	12,62	8,2	3,63			246,3	8,76	271,18	8,5
Paraíba			16,3	7,26			179,4	6,38	204,32	6,4
Pará			21,3	9,44			137,7	4,9	163,03	5,11
Bahia	1,7	10,52	13,1	5,81			192,4	6,85	218,64	6,85
Mato Grosso			21,1	9,37			132,3	4,71	157,25	4,93
Rio Grande do Norte			5,2	2,3			112,7	4,01	124,61	3,91
Ceará			7,3	3,26			107,8	3,84	121	3,79
Goiás			11,5	5,11			95,3	3,39	110,52	3,46
Mato Grosso do Sul			2,4	1,07			89,8	3,2	98,13	3,08
Rio de Janeiro	1	6,31	3,7	1,63			106,2	3,78	117,43	3,68
Maranhão			10,3	4,59			74,4	2,65	87,33	2,74
Piauí			3,8	1,7			75,4	2,68	83,68	2,62
Amazonas			5,3	2,37			69,1	2,46	77,98	2,44
Pernambuco	1,2	7,36	11,8	5,22	1	33,33	82,9	2,95	98,94	3,1
Espírito Santo			9,4	4,18			48,9	1,74	59,3	1,86
Alagoas	1	6,31	2,8	1,22			56	1,99	62,44	1,96
Santa Catarina	1,6	10,33	4,8	2,15	1	33,33	78,1	2,78	90,87	2,85
Sergipe			4,8	2,11			39,1	1,39	45,37	1,42
Distrito Federal	1,4	8,68					28,7	1,02	32,79	1,03
Acre			5,2	2,3			31,8	1,13	37,89	1,19
Roraima			5,2	2,3			26,4	0,94	32,08	1,01
São Paulo	1	6,31	4,8	2,15			20,5	0,73	26,97	0,85
Tocantins			1,4	0,63			15,9	0,57	18,1	0,57
Rondônia			3,2	1,41			11,4	0,41	14,54	0,46
Amapá			1	0,44			2,8	0,1	3,07	0,1
TOTAL:	9,4	100	224,3	100	2,3	100	2.810,70	100	3.190,22	100

Fonte: [http://www.capes.gov.br/serviços/indicadores e estatísticas/boletim estatístico](http://www.capes.gov.br/serviços/indicadores_e_estatísticas/boletim_estatístico/bolsas_no_país/mensalidades)
 /bolsas no país/mensalidades (Tabela 4 – pág.7 e 8)

Obs: Sem taxas escolares.

GRÁFICO 11

PICDT– Valores pagos (Médias Mensais em R\$), segundo as Unidades da Federação -2002



Fonte: [http://www.capes.gov.br/serviços/indicadores e estatísticas/boletim estatístico /bolsas no país/mensalidades](http://www.capes.gov.br/serviços/indicadores_e_estatísticas/boletim_estatístico/bolsas_no_país/mensalidades) (Tabela 4 – pág.7 e 8)

3.2.5 - Programa Institucional de Capacitação Docente do Ensino Tecnológico – PICDTec

O Programa Institucional de Capacitação Docente do Ensino Tecnológico – PICDTec, tem por objetivo apoiar a formação de docentes das Escolas Técnicas – ETF, das Agrotécnicas Federais - EATF e dos Centros Federais de Educação Tecnológicas – CEFETs sem curso de bacharelado, em nível de mestrado, concedeu em 2002, 47 novas bolsas de mestrado para 41 instituições, mantendo um total de 102 bolsistas em 54 IES.

Este programa tem como característica a concessão de uma bolsa de estudo a cada semestre para as ETF, EATF e CEFET para que o docente, selecionado por estas instituições, curse o mestrado em programa de pós-graduação com nota igual ou superior a 3.

3.2.6 - Programa Nacional de Cooperação Acadêmica - PROCAD

A instituição deste Programa, no ano de 2000, objetivou apoiar a promoção do intercâmbio de docentes e discentes de pós-graduação dos diferentes Estados da Federação. Sua principal estratégia é a de estabelecer parcerias ou incentivar as já existentes, visando a diminuir as discrepâncias regionais. Tem por objetivo formar recursos humanos de alto nível, em atividades vinculadas a projetos cooperativos de pesquisa de média duração, promovendo a mobilidade de pesquisadores e estudantes no país.

O PROCAD apóia equipes de diferentes Instituições brasileiras que, no âmbito de um projeto conjunto de pesquisa, promovam: a formação e o aperfeiçoamento de docentes e pesquisadores, bem como de estudantes de pós-graduação; a elevação da qualidade das equipes e dos programas de pós-graduação envolvidos no projeto; a produção conjunta de conhecimento científico e tecnológico, expressos na forma de publicações especializadas, congressos, patentes, etc; e a aplicação sócio-econômica dos conhecimentos desenvolvidos.

Este apoio dá-se com o aporte financeiro para missões de trabalho (passagens e diárias) e de estudos (passagens e bolsas para estágio de doutorado e mestrado e pós-doutorado), exclusivamente no país, bem como para financiamento de despesas para o desenvolvimento das atividades do projeto.

Em 2002, os pagamentos referentes à terceira parcela da chamada de 2000 e a 2ª.parcela da chamada de 2001, corresponderam a um total de R\$5.200.000,00 (cinco milhões e duzentos mil reais).

3.2.7 - Programa de Apoio à Aquisição de Periódicos - PAAP

O Programa foi criado pela Capes em 1994 e assumiu, em anos recentes, um papel da maior relevância, para assegurar o acesso à produção científica e tecnológica internacional pela comunidade acadêmica brasileira, envolvida nas atividades de pós-graduação e de pesquisa de alto nível. De fato, a qualidade da produção brasileira científica, tecnológica, cultural e artística depende, fundamentalmente, das possibilidades de acesso a periódicos indexados com maior abrangência, atualização e rapidez possíveis. Todavia, apesar dos expressivos investimentos realizados nos últimos anos, todo o esforço deparava-se com grandes dificuldades para propiciar um atendimento pleno e satisfatório às necessidades peculiares das IES, seja por estar voltado unicamente para a aquisição de periódicos impressos, seja em decorrência da adoção de processos centralizados de licitação e aquisição, seja ainda, em virtude da redução das disponibilidades orçamentárias, como ocorreu em 1998.

No ano de 2001, a Capes deu continuidade às transformações iniciadas em 1999, quando a aplicação dos recursos já fora inteiramente descentralizada. O grande impacto alcançado pela nova configuração do PAAP decorre, justamente, da transição entre o modelo inicial, baseado na compra de revistas em papel, para o modelo do futuro, inteiramente assentado na informação eletrônica, com a criação do PORTAL www.periódicos.Capes.gov.br. Os objetivos do programa são:

- promover o acesso das instituições de ensino superior e pesquisa à informação científica e tecnológica internacional e nacional;
- apoiar o desenvolvimento da pós-graduação nacional, contribuindo para a manutenção dos acervos de periódicos/revistas internacionais das bibliotecas dessas instituições;

- incentivar o desenvolvimento de políticas institucionais próprias para o acesso à informação científica e tecnológica;
- incentivar o desenvolvimento de programas interinstitucionais de aquisição planejada e cooperativa, em bases regionais e temáticas, visando reduzir duplicações de títulos e aumentar o número de publicações disponíveis no País; e
- promover a integração com outros programas cooperativos nacionais e internacionais, visando ampliar e facilitar o acesso a serviços de informação no País.

Atualmente, são 97 as instituições participantes do programa com acesso ao Portal, as quais estão incluídas nas seguintes categorias:

- instituições federais de ensino superior;
- instituições de pesquisa com pós-graduação avaliada pela Capes;
- instituições de ensino superior estaduais e municipais com pós-graduação avaliada pela Capes; e
- instituições privadas de ensino superior com pelo menos um doutorado, com avaliação pela Capes igual ou superior a 5.

O PAAP adquire, junto a editoras internacionais, o direito de acesso eletrônico ao conteúdo de periódicos e bases de referências bibliográficas e viabiliza tal acesso, via Internet, para os membros de instituições de ensino e pesquisa. Os textos completos foram adquiridos junto às editoras Academic Press, Elsevier, Ovid, e I3E, Gale, PsycInso & PsycArticle, Blackwell e American Chemical Society e as bases referenciais junto à Web of Science e Derwent Innovation Index (patentes) do ISI, além das bases temáticas da Editora Silverplatter.

O impacto desta iniciativa vem sendo excelente para a pesquisa e para a pós-graduação brasileira, considerada a dimensão do que é ofertado (mais de 3.000 periódicos científicos foram adquiridos a partir de 1995, chegando em 2002 com cerca de 9.078 títulos adquiridos) e o volume de acessos efetuados (em 2001, atingiram mais de três milhões; e em 2002, chegaram a mais de sete milhões).

Os contratos firmados com os editores/fornecedores das bases de dados de texto completo e referências têm vigência até dezembro/2003. A concessão de recursos às IFES referente ao ano de 2002 para aquisição de periódicos em 2003 foi de R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais). Já as assinaturas referentes aos serviços disponíveis para o portal foram de US\$ 18,3 milhões inscritos em restos a pagar.

Ainda em 2002, foi constituído o Conselho Consultivo do PAAP, composto pelos seguintes membros: presidente da CAPES, dois representantes de instituições federais de ensino superior, um representante das unidades de pesquisa com pós-graduação, um das instituições públicas não federais de ensino superior com pós-graduação, um representante das instituições privadas de ensino superior, o presidente da Comissão Brasileira de Bibliotecas Universitárias – CBBU – e um representante de outros programas

cooperativos, desenvolvidos no País na área de informação científica e tecnológica.

O programa constitui-se em extraordinário instrumento de superação de desigualdades regionais, uma vez que o acesso rápido e atualizado a um mesmo acervo é disponibilizado para todas as Instituições de Ensino Superior - IES participantes – independentemente de sua localização, tamanho e nível de desenvolvimento.

3.2.8 - Programa de Apoio à Pós-Graduação – PROAP

O PROAP concede recursos para o desenvolvimento das atividades de pesquisa e de formação dos programas de pós-graduação de instituições públicas, com nota igual ou superior a 3, que participam do Programa de Demanda Social.

Sua regulamentação, para o exercício de 2002, está contida na Portaria Capes Nº 10, de 27 de março de 2002, que em seu art. 1º estabelece sua destinação, a de proporcionar melhores condições para a formação de recursos humanos, a produção e o aprofundamento do conhecimento nos cursos de pós-graduação stricto sensu, ministrados pelas Instituições de Ensino Superior Públicas - IES, observados os seguintes aspectos:

I - apoio às atividades inovadoras dos programas de pós-graduação, voltadas para o seu desenvolvimento acadêmico, de modo a oferecer formação cada vez mais qualificada e diversificada aos estudantes de pós-graduação;

II - utilização dos recursos disponíveis para à titulação de mestres e doutores em número capaz de atender as principais necessidades da demanda nacional e em tempo adequado;

III - acesso aos recursos direcionados ao custeio das atividades acadêmicas e de pesquisa dos programas de pós-graduação, relacionadas aos estudos de dissertação e tese dos estudantes de pós-graduação, e à manutenção e desenvolvimento desses programas; e

IV - apoio ao desenvolvimento dos trabalhos de planejamento, definição e execução da política institucional de pós-graduação e a articulação da participação da IES no PROAP.

O programa apóia o custeio das atividades acadêmicas e de pesquisa especialmente no que tange à realização dos trabalhos de dissertação e de tese pelos estudantes bolsistas da Capes. Durante o ano de 2002, ele apoiou 905 programas de pós-graduação de 76 instituições aplicando cerca de R\$46.760.010,00 (quarenta e seis milhões, setecentos e sessenta mil e dez reais), 1,2% a mais que em 2001.

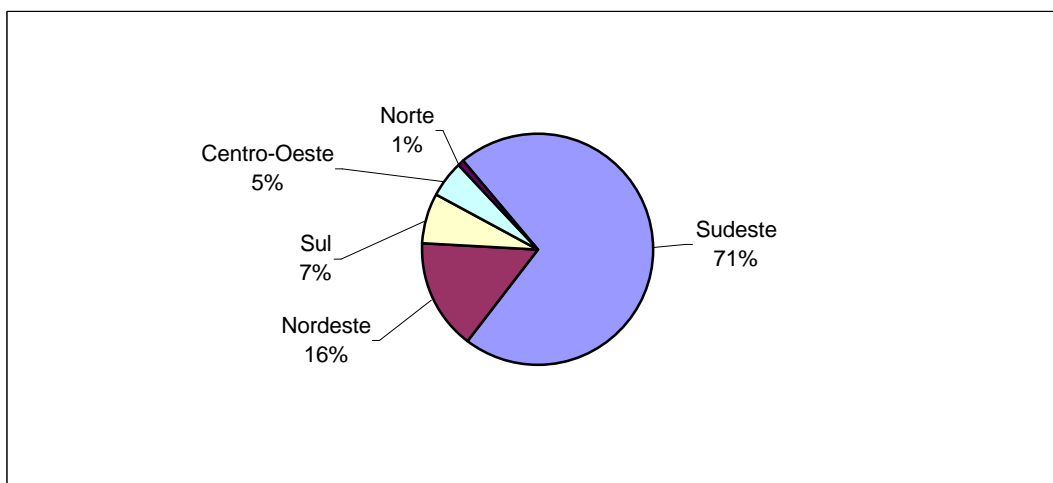
TABELA 14
PROAP – Valores pagos, segundo região do País – 2002

Unidades da Federação	Valor (R\$ Mil)	(%)
São Paulo	21.706,30	46,41
Rio de Janeiro	9.017,20	19,28
Minas Gerais	2.199,00	4,7
Pernambuco	1.981,40	4,24
Rio Grande do Sul	1.714,50	3,67
Distrito Federal	1.627,00	3,48
Paraná	1.407,50	3,01
Bahia	1.315,20	2,81
Paraíba	1.299,70	2,78
Ceará	1.196,60	2,56
Rio Grande do Norte	992,5	2,12
Goiás	519,5	1,11
Espírito Santo	470,2	1,01
Amazonas	297,5	0,64
Alagoas	236	0,5
Mato Grosso do Sul	204	0,44
Maranhão	129,5	0,28
Pará	106	0,23
Santa Catarina	103	0,22
Mato Grosso	97	0,21
Sergipe	64,5	0,14
Piauí	56	0,12
Rondônia	26	0,06
TOTAL:	46.766,10	100

Fonte: [http://www.capes.gov.br/serviços/indicadores e estatísticas/boletim estatístico/Apoio à PG/mensalidades](http://www.capes.gov.br/serviços/indicadores_e_estatísticas/boletim_estatístico/Apoio_à_PG/mensalidades) (Tabela 4 – pág. 6)

Observa-se pelos dados constantes da tabela 14 e do Gráfico 12, uma elevada concentração de investimentos nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro onde encontra-se o maior número de programas de pós-graduação *stricto sensu* e de pós-graduandos. A Região Sudeste ficou com 71% dos investimentos, a Nordeste com 16% e as Regiões: Centro-Oeste, Sul e Norte ficaram com 13%.

GRÁFICO 12
PROAP – Valores Pagos Segundo as Regiões do País 2002



Fonte: [http://www.capes.gov.br/serviços/indicadores e estatísticas/boletim estatístico/Apoio à PG/mensalidades](http://www.capes.gov.br/serviços/indicadores_e_estatísticas/boletim_estatístico/Apoio_à_PG/mensalidades) (Tabela 4 – pág. 6)

3.2.9 - Programa Estudantes Convênio de Pós-Graduação - PEC-PG

O PEC – PG é uma ação muito relevante, visando a incrementação dos acordos de cooperação internacional, especialmente com os países da América Latina e da África de língua portuguesa. O programa manteve, durante o exercício, uma média mensal de 51,3 bolsas de mestrado e 70,2 bolsas de doutorado, correspondendo a uma aplicação anual estimada em R\$ 1.348,52 (Um milhão, trezentos e cinquenta e oito mil reais cinquenta e dois centavos). As principais regiões com alocação de recursos foram: Sudeste (53,93%) e Sul (33,13%).

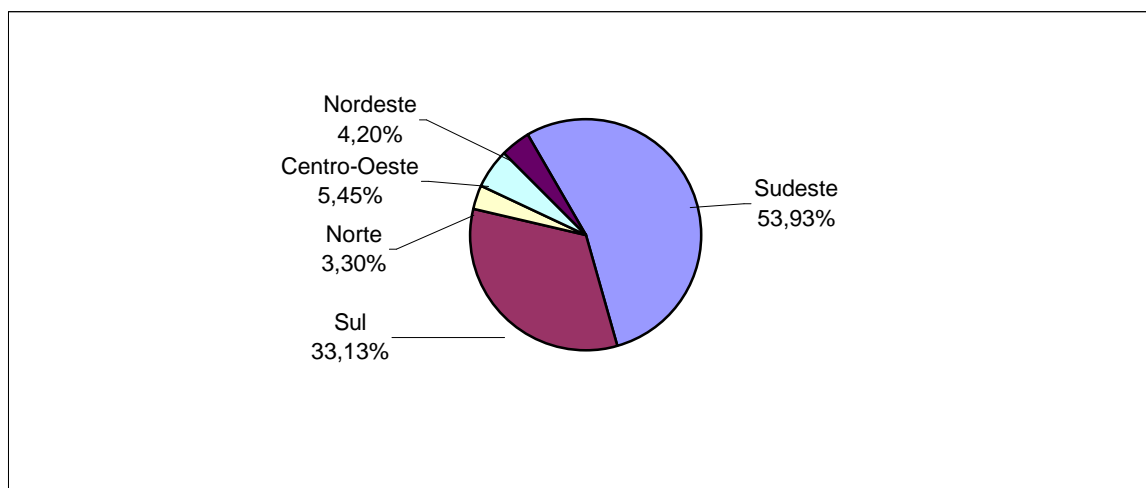
A tabela 15 e o Gráfico 13 abaixo ilustram os dados apresentados:

TABELA 15
PEC/PG - Número Médio de Bolsistas no País e Valores
Pagos – Jan/Dez 2002

Mês/Ano	<i>Mestrado</i>		<i>Doutorado</i>		Valor Total (R\$ mil)
	Nº Bolsistas	Valor (R\$ mil)	Nº Bolsistas	Valor (R\$ mil)	
jan/02	52	37,67	68	72,95	110,62
fev/02	53	38,40	69	74,02	112,42
mar/02	45	32,60	70	75,10	107,70
abr/02	50	36,23	73	77,97	114,20
mai/02	48	34,78	71	76,17	110,95
jun/02	52	37,67	72	77,24	114,91
jul/02	52	37,67	70	75,10	112,77
ago/02	52	37,67	70	75,10	112,77
set/02	54	39,12	69	74,02	113,14
out/02	53	38,40	70	75,10	113,50
nov/02	52	37,67	70	75,10	112,77
dez/02	52	37,67	70	75,10	112,77
Acumulado:		445,55		902,97	1.348,52
Média	51,3	37,13	70,2	75,25	112,38

Fonte: [http://www.capes.gov.br/serviços/indicadores e estatísticas /boletim estatístico /bolsas no país/mensalidades](http://www.capes.gov.br/serviços/indicadores_e_estatísticas/boletim_estatístico/bolsas_no_país/mensalidades) (Tabela 1 – pág.4)

GRÁFICO 13
PEC/PG - Distribuição de Bolsistas Segundo as Regiões do País PEC-PG – 2002



Fonte: [http://www.capes.gov.br/serviços/indicadores e estatísticas /boletim estatístico/bolsas no país/mensalidades](http://www.capes.gov.br/serviços/indicadores_e_estatísticas/boletim_estatístico/bolsas_no_país/mensalidades) (Tabela 1 – pág.4)

3.2.10 - Programas Complementares

Além dos programas de fomento já relatados, a Capes implementou outros, de menor porte e de caráter complementar, visando acionar mecanismos apropriados para suprir carências no atendimento às necessidades regionais, ou a peculiaridades institucionais identificadas pelo processo sistemático e contínuo da avaliação.

Integram tais programas complementares os seguintes: Programa de Apoio a Eventos no País- PAEP, Programa de Apoio à Infraestrutura, Mestrado Interinstitucional- MINTER, Programa San Tiago Dantas, Programa de Qualificação Docente - PQD, Programa de Absorção Temporária de Doutores – ProDoc, RH - Metrologia, Programa de Apoio à Avaliação Educacional - PROAV, Programa de Expansão da Educação Profissional- PROEP, Programa de Apoio à Educação a Distância – PAPED e Participação em Eventos no Exterior.

4 - ATIVIDADES DE AVALIAÇÃO

Durante este exercício de 2002, foram intensificados os trabalhos preparativos para a realização da Avaliação Trienal dos programas brasileiros de pós-graduação stricto sensu que ocorrerá em 2004. Devido ao fato de o ano de 2002 ser o segundo do triênio, entre outras atividades, a CAPES desenvolveu e implementou procedimento de acompanhamento dos programas de pós-graduação, o que denominou de "Avaliação Continuada".

A realização desta avaliação constituiu-se, sem dúvida, numa atividade essencial desenvolvida por esta Agência, envolvendo, no decorrer deste ano, suas equipes técnicas e comissões de consultores. Este processo foi executado por 44 comissões de avaliação, integradas por aproximadamente 500 consultores, vinculados aos principais programas de pós-graduação do país.

Os 1.546 programas avaliados em 2001, Portaria MEC nº 2.530, de 04 de setembro de 2002, responsáveis pela oferta de 2.399 cursos (mestrado, mestrado profissionalizante e doutorado) mais os cursos novos credenciados totalizaram 1.729 programas de pós-graduação acompanhados e avaliados em 2002. Portanto, houve um crescimento de 4,9 % em relação à meta prevista de 1.649 programas avaliados.

Os resultados deste processo criterioso e sistemático estabelecem, de forma inicial, as condições para avaliação de cada programa desse nível de ensino, servem de base para o reconhecimento oficial da validade dos diplomas de mestrado e doutorado emitidos por instituições brasileiras, bem como fornecem subsídios para a definição da política nacional de desenvolvimento da pós-graduação, além de orientar os investimentos governamentais nesse nível de ensino. Suas repercussões impulsionam a evolução do Sistema Nacional de Pós-graduação, estimulando os programas a

responderem aos desafios impostos pelos avanços da ciência e tecnologia na atualidade.

Foram investidos, em 2002, cerca de R\$ 5.600.000,00 (cinco milhões e seiscentos mil reais) nas atividades relacionadas à Avaliação. Tal investimento ocorreu em função da expansão dos programas de pós-graduação visando atender a crescente demanda por cursos de mestrado e doutorado, bem como para gerenciar produtivamente a concessão de bolsas de estudo e de outras formas de apoio governamental. É desnecessário ressaltar que o reconhecimento oficial, conferindo validade aos títulos emitidos pelos programas de pós-graduação em todo território nacional está vinculado, por determinação legal, ao processo de avaliação da CAPES.

5 - AÇÕES ADMINISTRATIVAS

Atenta à determinação do Governo Federal, a CAPES coordenou o trabalho de revisão e atualização do seu Estatuto cujo texto final resultou no Decreto nº 3.543, de 12 de julho de 2000, que aprovou novo Estatuto e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas da Agência.

Como consequência, destaca-se a publicação da Portaria MEC 2.424, de 28/08/2002, que aprova o Regimento Interno da Capes, atualizando as atribuições de suas diversas unidades.

Merece ser citado, também, que no primeiro semestre de 2002 estabeleceu-se como meta de natureza gerencial, a atualização de instrumentos regulamentares a fim de possibilitar aos seus diversos segmentos administrativos maior clareza e segurança em relação aos atos praticados rotineiramente. Foram editadas as portarias Capes nº 020, de 30/04/2002 e nº048, de 30/08/2002, que tratam da normatização de diárias e de substabelecimento às fundações de apoio, respectivamente.

Dentro desta preocupação de aprimoramento da estrutura organizacional e de elevação dos padrões de desempenho institucional da Capes, cabe registrar também o encaminhamento favorável ao estabelecimento de parceria com a Fundação Nacional de Desenvolvimento do Ensino Superior Particular – FUNADESP, para a publicação da 2ª Edição da “Legislação e Normas da Pós-Graduação Brasileira” que consolida a informação sobre os principais instrumentos normativos relativos à pós-graduação constitui, sem dúvida, um requisito importante para o balizamento de ações e estratégias, não apenas pela Capes, como também por todas as instituições e os agentes públicos e privados que atuam neste campo.

Das ações mais expressivas desenvolvidas e implementadas no decorrer do exercício de 2002, podemos destacar a de caráter estratégico – no campo

da informática, quando a Capes desenvolveu e disponibilizou, em fevereiro, dois sistemas da maior importância para a visibilidade de suas ações. O primeiro – Estatísticas da Pós-Graduação; oferece a toda a sociedade informações a respeito do Sistema Nacional de Pós-graduação, coletadas anualmente junto às IES públicas e privadas, promotoras de programas de pós-graduação. O segundo – Banco de Teses - permite o acesso, via *Internet*, a mais de 185 mil teses e dissertações defendidas por alunos da pós-graduação no país, de 1987 a 2001. Os referidos sistemas já tiveram 81.798 acessos, somente nos meses de novembro e dezembro de 2002, dos quais 13.192 relativos a resultados de pesquisas estatísticas da pós-graduação e 68.706 referentes aos resumos de teses e dissertações.

Reconhece-se que os desafios da área de informática são crescentes, pois cada vez mais a Capes necessita de novos serviços, desenvolvidos rapidamente e que atendam, de forma ágil e segura, a todos os seus usuários. Com relação à gestão e à manutenção da página da Capes, destaca-se que a crescente demanda pela informação disponível no *domínio* da Capes, fez com que um número cada vez maior de consultas ocorresse, tanto ao *webmaster* quanto aos setores diretamente envolvidos na implementação de programas e na avaliação da pós-graduação.

O número mensal médio de consultas ao *webmaster* é de aproximadamente 3.000. Há meses, especialmente, os que sucedem o início das aulas, em que o volume de consultas é bem maior. Em 2002, as visitas registradas aos dois endereços, mantidos pela Capes na Rede Mundial de Computadores – *INTERNET*, estão apresentadas nas tabelas a seguir:

Tabela 16
Número Médio de Acessos à Página da Capes

Resumo Mensal										
Mês	Média diária				Total Mensal					
	Hits	Arquivos	Páginas	Visitas	Endereços	KBytes	Visitas	Páginas	Arquivos	Hits
Dez 2002	245428	163519	27784	3184	63226	26039011	95544	833543	4905580	7362861
Nov 2002	288797	188494	32141	3700	68892	34188193	111005	964258	5654844	8663921
Out 2002	333719	214588	36059	4294	31517	9748218	42945	360590	2145887	3337194
Set 2002	331817	219683	35948	4229	75709	31185268	126892	1078467	6590502	9954525
Ago 2002	356125	238586	40171	4680	84043	33328768	145100	1245312	7396182	11039887
Jul 2002	296356	201472	34989	3839	70823	26087343	115192	1049698	6044180	8890689
Jun 2002	258469	174896	30486	3338	64240	25487559	100163	914597	5246892	7754095
Mai 2002	254271	170800	33323	3094	62113	29342502	95916	1033027	5294813	7882427
Abr 2002	293808	202399	42664	3685	65383	41716529	110560	1279937	6071976	8814265
Mar 2002	239538	167254	37786	3166	53819	20954473	98153	1171394	5184885	7425690
Fev 2002	232345	165837	36851	3068	49576	19858197	85918	1031846	4643452	6505678
Jan 2002	198893	139349	32341	2770	48851	25715361	85881	1002579	4319843	6165708
TOTAIS						339083844	1272649	12604710	66645452	98652507

Fonte: www.capes.gov.br

Tabela 17
Número Médio de Acessos aos Periódicos Internacionais

Resumo Mensal										
Mês	Média diária				Total Mensal					
	Hits	Arquivos	Páginas	Visitas	Endereços	KBytes	Visitas	Páginas	Arquivos	Hits
Dez 2002	76919	43370	36455	3335	38072	37992168	100054	1093658	1301108	2307572
Nov 2002	970177	58495	50749	4297	45987	47626153	128937	1522483	1754852	2910510
Out 2002	102552	63623	55560	4655	20699	17178804	46553	555607	636230	1025525
Set 2002	103844	65327	58472	4672	49306	51445574	140170	1754184	1959815	3115336
Ago 2002	130429	95763	113247	4657	47813	55686449	144370	3510672	2968674	4043327
Jul 2002	119025	87781	103560	4199	42496	49509069	125997	3106807	2633430	3570753
Jun 2002	101557	76027	88311	3649	43391	41484323	109477	2649358	2280830	3046718
Mai 2002	90800	70967	81437	3681	44544	39612618	114118	2524562	2199985	2814818
Abr 2002	100702	78357	90833	4116	45730	42027054	123502	2725012	2350727	3021086
Mar 2002	74589	58171	66432	3200	40918	28585906	99207	2059404	1803325	2312272
Fev 2002	58683	44866	48262	2730	31875	12252273	76457	1351354	1256270	1643145
Jan 2002	47173	34693	36520	2341	30307	8036509	72583	1132133	1075487	1462389
TOTAIS					457512467	1349470	2405100	23171822	32830291	

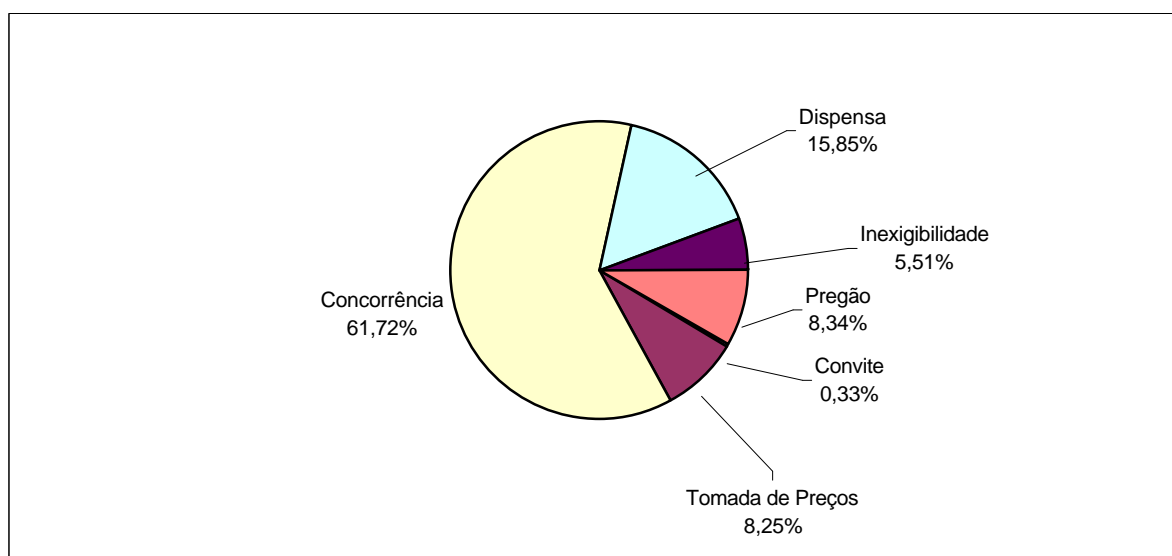
Fonte: www.periodicos.capes.br

Após concluída a implantação do Projeto de Gerenciamento Eletrônico de dados em 2001, a Agência logrou dar um salto qualitativo em sua atuação de fomento, reduzindo drasticamente a tramitação de documentos em papel e, sobretudo, utilizando-se de controles gerenciais que permitiram ganhos de produtividade e acompanhamento seguro dos processos. Em 2002, foram registradas cerca de 850 candidaturas para doutorado no exterior por meio desse sistema.

Observando-se a tradição da Agência, a da Capes manteve-se empenhada na busca de maior racionalização e redução dos custos administrativos, sem prejuízo da qualidade e eficiência dos serviços prestados.

Durante o exercício de 2002 a Capes realizou onze licitações. A modalidade de pregão foi a de maior incidência com nove realizações, seguida pela tomada de preços e carta convite, ambas com uma realização.

GRÁFICO 14
Despesas Realizadas por Modalidade de Licitação - 2002



Fonte: Siafi 2002

No gráfico 14 constata-se que 78,64% das despesas realizadas pela Capes foram provenientes de licitações nas modalidades de: concorrência 61,72%, tomada de preços 8,25%, convite 0,33% e pregão 8,34%, algumas

destas licitações foram efetuadas em exercícios anteriores. As despesas efetuadas com dispensa de licitação representaram 15,85%, demonstrando que esta Agência tem cumprido com os ditames da lei de licitações.

O pregão, iniciado na Capes em 2002, tem demonstrado boa agilidade, além de ser mais econômico já que representa uma redução significativa de seus lances iniciais, que gira em torno de 30%. Esta modalidade tende, ao longo do tempo, substituir, com mais eficiência, outras modalidades de licitação, tais como a carta convite e a tomada de preços.

5.1 - Diligências de Controle Interno e Externo

A Capes recebeu no exercício de 2002 seis diligências do Tribunal de Contas da União, relacionadas a seguir:

Ofício 601/2001, de 10/12/2001, da 6ª SECEX, que trata da Decisão nº 1027/2001, para que a Capes iniciasse o procedimento licitatório para contratação de serviço móvel celular. Em resposta, por meio do Ofício/PR/CAPES/Nº 34/2002, informamos que já havíamos providenciado a referida licitação, cujo projeto básico foi aprovado em 06/12/2000, que culminou na Tomada de Preços 01/2001, auferindo desconto linear de 38% sobre o resultado total das faturas;

Ofício 187/2002, de 19/04/2002, da 6ª SECEX, solicitando informações a respeito do Programa de Apoio aos Professores de 1º e 2º Graus, que foi respondido através do Ofício PRE/CAPES/111/2002;

Ofício 198/2002, da 6ª SECEX, relativo à aprovação das contas, exercício de 2000, desta Fundação, determinando que a CAPES “observe o princípio da segregação das funções, abstendo-se de designar, ainda que temporariamente, o ocupante do cargo de Auditor Interno para cargos que envolvam responsabilidades de ordenador de despesas”. Esta determinação foi prontamente atendida por meio da Portaria nº 1842 de 2002 do Gabinete do Ministro da Educação.

Ofício 201/2002, de 22/04/2002, da 6ª SECEX, relativo ao relatório de auditoria realizado na Capes foi determinado que:

- no prazo de 90 dias a Capes proceda ao levantamento dos processos de bolsistas/instituições em situação de inadimplência adotando as medidas necessárias para solucionar as pendências, em resposta foi informado que a Capes tem adotado as medidas administrativas necessárias a fim de cobrar às instituições e bolsistas que não tenham cumprido com o dever de prestar contas. No caso dos ex-bolsistas que não concluíram seus estudos, ou que não retornaram ao Brasil, alguns estavam comprometidos a devolver os numerários recebidos, e cerca de dez casos

já tinham iniciado o processo de Tomada de Contas Especial a serem encaminhados à SFC, o que já foi providenciado;

- verifique a situação de regularidade do conveniente, anexando a comprovação pertinente aos respectivos processos; foi informado que a Capes tem cumprido o disposto do art. 3º da IN/STN 01, de 15/07/1997, e que já havia tomado as medidas cabíveis para arquivar nos processos a documentação necessária;
- adote sistemática de fiscalização e acompanhamento periódico junto às IES, foi respondido que é rotineiro a realização de visitas técnicas às IES, bem como o acompanhamento dos bolsistas por meio dos sistemas computadorizados da Capes. São feitas comparações com os banco de dados do SIAPE, CNPq e Fapesp, ação esta que tem demonstrado bons resultados;
- efetue tempestivamente o registro da execução orçamentária – financeira no SIAFI, de nossa unidade gestora no exterior. Foi justificado que essa unidade funciona na modalidade *off-line* e que os lançamentos são efetuados mês a mês, mediante o cotejamento do extrato bancário da conta corrente do Banco do Brasil em Nova York, que demanda um certo prazo para chegar ao Brasil. Entretanto, todos os registros são lançados nos respectivos meses de competência, guardando fidelidade dos atos e fatos contábeis, ocorridos no período;
- esta instituição “mantenha atualizados os dados cadastrais e estabeleça e faça cumprir os mecanismos formais de acompanhamento da permanência no País dos bolsistas egressos do exterior, após o término da bolsa, consoante estabelecem os regulamentos dos programas de bolsas”. Foi respondido que os bolsistas egressos são orientados a cumprir as suas obrigações junto à Capes através de controle documental, conforme subitem 19.2 e item 20 do Manual de Orientações ao Bolsista, e permanente revisão de processos dos egressos; termo de compromisso, instrumento que orienta quanto aos seus deveres e obrigações para com a Capes, manual de instruções ao Bolsista no Exterior, o qual, na página 14, os instrui sobre as obrigações com a Capes após o seu retorno ao País; e pelo acompanhamento feito pela instituição na qual os bolsistas egressos mantêm vínculo empregatício;
- se instituem controles específicos acerca dos valores deduzidos das diversas instituições com as quais a Capes mantém convênio, em virtude do pagamento de bolsas de estudo em duplicidade com as outras agências de fomento, bem como em relação ao recolhimento das referidas quotas de bolsas objeto de impugnação. Foi respondido que é efetuada a dedução na parcela mensal a ser paga dos valores repassados, quando o convênio está em plena vigência. As deduções ou estornos feitos aos repasses das IES são comunicados através de ofício a conveniente, diretamente pelas áreas técnicas da Capes subordinadas à Diretoria de Programas;

- faça juntar, aos processos de prestação de contas, comprovantes referentes à aplicação da totalidade de recursos transferidos, informando, inclusive, eventuais estornos e deduções de repasses ocorridos, especialmente no caso de bolsas canceladas ou suspensas por iniciativa da IES. Foi esclarecido que as prestações de contas espelham a totalidade dos recursos utilizados pelas instituições, os quais estão bem definidos nos termos de aprovação, onde constam os dados das IES, o código SIAFI e a parcela a que se refere ao convênio, a vigência e ao valor aprovado, de conformidade com o exigido pela IN/STN nº 01/1997. Nos casos de bolsas canceladas ou suspensas, é procedida a apuração mensal da folha de bolsista, com base nas informações das IES e da própria Capes (quando constatado acúmulo de bolsas com outros órgãos/programas), e estes dados encontram-se à disposição dos órgãos de controle na Coordenação-Geral de Programas no País;
- esta instituição abstenha-se de autorizar os convenientes a substabelecer convênios, ou renovar as sub-rogações atualmente em vigor, para fundações de apoio, quando o objeto do substabelecimento limitar-se à gestão financeira de atividades rotineiras e não estiverem devidamente caracterizados e aprovados previamente os projetos específicos a serem apoiados, em observância ao disposto no art. 1º da Lei nº 8958, de 20/12/94 e ao entendimento do Tribunal sobre a matéria (Decisão nº 186/2001 – Segunda Câmara, de 23/08/2001). Em resposta foi esclarecido que a Capes sempre observou a regra estabelecida pela IN/STN nº 01/97, que prevê como único impedimento ao substabelecimento de convênio a falta de anuência do Órgão concedente, em consonância com o que determina o artigo 72, combinado com o artigo 116 da Lei nº 8666/93.

A Capes autorizou substabelecimentos de convênios por considerar inexistência de impedimento legal para a autorização, sempre que constatada a necessidade técnica, restrito, porém, o substabelecimento, às instituições federais de ensino superior cujo relacionamento com as fundações de apoio estivesse devidamente regulamentado, ou seja, aqueles previstos na Lei nº 8958/94.

Cabe ressaltar, que os substabelecimentos autorizados nunca implicaram pagamento de taxas ou outro ônus qualquer para os Convênios, sendo a responsabilidade pela execução e cumprimento das normas da Capes sempre das instituições federais de ensino superior, inclusive quanto à prestação de contas, que, em todos os casos, eram instruídas com todas as peças exigidas pela IN/STN nº 01/97 e com indicação de detalhamento completo das despesas realizadas.

A própria Lei nº 8958/94 estabelece obrigatoriedade das fundações de apoio de observar a legislação federal, prestar contas e submeter-se à fiscalização dos órgãos de controle interno e externo.

A Capes, ao autorizar os substabelecimentos às instituições federais de ensino superior, não desobrigava à conveniada a cumprir os ditames

estabelecidos na referida lei, em especial os aspectos jurídicos específicos que regulam a firmação de convênios.

A partir da ciência do ofício TCU 201/02, entretanto, esta Fundação não mais autorizou substabelecimentos tendo comunicado às áreas envolvidas e às convenientes, na qualidade de instituições federais de ensino superior, o teor do ofício supracitado.

Recentemente instados pela Universidade Federal de Minas Gerais foi editada portaria CAPES n.º 48, de 30 de Agosto de 2002, regulamentando o assunto;

- faça valer, quando o conveniente não se mostrar empenhado em prestar contas regularmente, os instrumentos legais aplicáveis, como suspensão da liberação de parcelas até a correção das impropriedades, registro da inadimplência no SIAFI e, até mesmo, instauração de tomada de contas especial, conforme estabelecem os §§ 2º e 4º do Art. 21, §§ 4º a 8º do Art. 31 e parágrafo único do Art. 35 da IN/STN nº 01/97. Foi esclarecido que esta Fundação atua em conformidade com a IN nº 01, de 15/01/2002, aplicando às medidas legais previstas caso os convenientes não efetuem regularmente prestações de contas. Entretanto, tais medidas são precedidas de avisos fixando-se o prazo previsto no § 7º do Art. 31 da IN/STN nº 01/97, bem como da suspensão de transferência de recursos financeiros, como prevê o Art. 21, § 4º, da mesma norma.

Ofício 125/2002, de 28/05/2002, da SEFIP/ASSESSORIA com a finalidade de corrigir ou justificar advertências geradas pelo Sistema de Análise Automatizadas de Atos, respondido pelo Ofício PR/CAPES Nº 133/2002, o qual informou que não foi detectada nenhuma inconsistência nos registros efetuados no SISAC, anexou-se, a este, cópias dos registros, entretanto, a respeito das servidoras: Diva Dantas da Silva do Ministério de Minas e Energia e Eloísa Fernandes Saback do CNPq, as diligências deveriam ser encaminhadas àquelas instituições, visto que a Capes não tem permissão de efetuar as alterações solicitadas.

Ofício 1002/2002, de 17/09/2002, da SECEX/SP, que solicitava:

- cópia dos Termos de Convênios PI/130/PADCT 09/91, PI/014/FNDE 014/93 e PI/009/PADCR 091/91, esclarecer se eles referem-se ao mesmo projeto/objeto. As cópias foram enviadas e foi confirmado que os convênios mencionados, referem-se ao mesmo objeto pactuado inicialmente, quando da aprovação do projeto, pelo Comitê Científico do Sub-programa de Educação Para Ciências- SPEC, e o apoio concedido, previa o "Desenvolvimento de 08 Fascículos de História da Ciência, em Nível de 2º Grau, como Material Didático Auxiliar Para o Ensino das Ciências". Ocorre que, o restante dos termos seriam firmados por meio dos convênios, PI-014- FNDE-014/93, e PI-009/PADCT-091/94, que não chegaram a ser implementados devido ao atraso de execução verificado no primeiro convênio. Respondido pelo Ofício PR/CAPES nº 214/2002;

- se realmente o convênio firmado entre a Capes e a SBHC tinha um valor fixado em dólares americanos de US\$45,000.00 (quarenta e cinco mil dólares americanos) constante do Ofício CAPE/DPE nº 313/91, datado de 22/04/1991; caso contrário, comprovar como foi calculado o montante a ser creditado em favor do projeto objeto do convênio PI/130/PADCT 091/91. Foi esclarecido que o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico foi concretizado pela assinatura do Acordo de Empréstimo N.º 3269-BR, que também estabeleceu, através de seu Documento Básico e Manual Operativo, as orientações necessárias para a alocação de recursos em dólares, aos projetos a serem contratados, após julgamento dos diversos Comitês Científicos das áreas envolvidas com o Programa.

As contratações em dólares americanos, visavam manter o poder aquisitivo da carteira de projetos contratada, frente ao processo severo de desvalorização da moeda nacional. Neste sentido, o modelo básico de Termo de Convênio Institucional (anexo), foi proposto e aprovado pela diretoria Colegiada do Programa e demonstra, em sua Cláusula Segunda, item 2.1, os valores relativos aos desembolsos do concedente, em moeda nacional, com a devida equivalência em dólares

No caso em questão, observou-se que, na Cláusula Terceira do Convênio, PI-130/PADCT-09/91, dava respaldo legal para se utilizar os mesmos mecanismos do Termo de Convênio Institucional, citado anteriormente.

As liberações aos executores dos projetos, ocorreram de forma parcelada, sendo que o fluxo de recursos para que a CAPES atendesse a sua demanda, no âmbito do PADCT II, provinha do Ministério da Ciência e Tecnologia, que se utilizava, dos serviços do Agente Financeiro do programa na FINEP/RJ, para efetuar as transferências às Agências Executoras.

Esses recursos eram alocados em duas fontes, 1100 (recursos de contrapartida) e 0148 (recursos internalizados) e se destinavam a cobrir os gastos das carteiras contratadas obedecendo ao plano de aplicação aprovado.

No caso do Projeto em questão, firmado entre a CAPES e a SBHC o valor aprovado pelo Comitê Científico do SPEC correspondeu a U\$\$ 45,000.00 (quarenta e cinco mil dólares). Esse montante, à época da contratação, teve resguardada a sua equivalência em moeda nacional;

- justificar os seguintes créditos repassados pela CAPES a Sociedade Brasileira de História da Ciência, tendo em vista serem supostamente superiores ao valor conveniado. Foi informado que os repasses efetuados pela CAPES à SBHC, seguiram os trâmites normais de desembolso, de acordo com a disponibilidade de recursos na conta do PADCT, mantendo-se como prerrogativa básica, garantir o poder aquisitivo do projeto frente à desvalorização cambial. Tal procedimento encontra-se respaldado nas regras do programa e também ao disposto no artigo 65, parágrafo 8º da

Lei 8.666/93 que prevê o uso do instrumento de apostila, tendo em vista, a necessidade de recomposição financeira frente às variações de preços de mercado, neste caso específico, os preços do dólar em diferentes períodos.

Ressaltou-se, que todos os apostilamentos efetuados, foram objeto de emissão de Nota de Empenho específica, bem como de sua publicação no Diário Oficial da União, que reveste do princípio da publicidade dos atos administrativos, observando-se que tais publicações, integram o processo de Tomada de Contas Especial, já encaminhado a essa egrégia corte.

Outro fator que foi citado era de que, os depósitos das parcelas sempre foram efetuados na conta específica do convênio, ou seja, a de N.º 151181, agência 1515-6 do Banco do Brasil S/A.

Registrou-se ainda, que, em conformidade com as normas do BIRD, a Instituição beneficiária deveria apresentar relatórios Técnicos de desenvolvimento do projeto, parciais ou finais, o que não ocorreu, até a presente data. A IES, na tentativa de se justificar encaminhou algumas publicações que não se referiam ao objeto pactuado, mas que, por tratarem de temas correlatos, foram acatadas pela área técnica, restando a devolução dos valores já cobrados referentes aos saldos restituídos fora do prazo legal, conforme consta no já mencionado processo de Tomada de Contas Especial.

Finalmente, foi esclarecido, que apesar das dificuldades econômicas vividas pelo País na década de 1980 e meados de 1990, o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico, como um dos importantes instrumentos de Reforma da área de Ciência e Tecnologia, procurou manter o poder aquisitivo das suas contratações, garantindo aos executores dos projetos, a possibilidade de que as ações técnicas constantes do cronograma de atividades, pudessem ser concluídas sem prejuízo para a sociedade.

5.2 - Processos Administrativos Disciplinares, Tomada de Contas Especial e de Sindicância

Foram doze processos de tomadas de contas especiais registrados em 2002, desses onze já foram encaminhados à Secretaria Federal de Controle. O restante, por conta de seu baixo valor, estará sendo encaminhado junto com a prestação de contas anual.

O saldo da conta contábil "diversos responsáveis" constante na unidade gestora 154003 (Fundação Capes - País), demonstra esses processos, conforme tabela abaixo:

TABELA 18
CONTA - Diversos Responsáveis Unidade Gestora 154 003 (Capes - País)
(Valores em R\$)

Ano	CPF	NOME	Saldo 2001	Registrado 2002
2002	01636544762	SYLVIE ANNA VERONIQUE PENICH	-	224.257,07
2002	05584216879	CLAUDIA ROCHA DE ALMEIDA	-	118.359,59
2002	07902383813	DIONIZIO PASCHOARELI JUNIOR	-	6.824,80
2002	09013555349	VICENTE DE PAULO CASTRO TEIX	-	16.626,19
2002	18672310420	ISAAC BOTLER	-	167.025,72
2002	23869267100	WILSON BRASILIENSE HOLANDA C	-	93.215,82
2002	45895600620	JOSE MARCIAL SOARES MAGALHAE	-	49.897,43
2002	54551803472	JESSICA BARROS DE AS	-	125.422,51
2002	61376159600	IARA FERREIRA CHAVES	-	102.584,14
2002	91351995715	ALEXANDRE JOSE REIS SANTORO	-	597.234,89
2002	94229015704	CHRISTINE SILVEIRA ABDALLA	-	39.082,47
2002	98720635753	ANDRE FELMAN DA CUNHA REGO	-	226.316,19
1992	PF1701469	BASÍLIO SILVA PASSOS	7,70	-
1994	PF1701937	MARIA C.A. ARAÚJO	1.404,86	-
1997	49388487834	ROBERTO DE ANDRADE MARTINS	6.868,13	-
1998	14635593487	ROBERTO GERMANO COSTA	7.490,19	-
1998	29141451953	ALTIR PEDRO GOEDERT	33.201,80	-
TOTAIS			48.972,68	1.766.846,82

Fonte: Siafi 2002, UG 154003 (País)

Nos casos em que ex-bolsistas, beneficiados com bolsas de estudo no exterior, abandonam seus estudos ou que, mesmo tendo concluído, não cumpram com suas obrigações de retorno e permanência no Brasil eles são compelidos, inicialmente, a cumprir com suas obrigações. Se houver recusa, nesse sentido, a exemplo do que ocorre no CNPq, é efetuada a cobrança dos valores neles investidos que podem ser devolvidos de uma só vez ou mediante parcelamento.

O saldo da conta contábil "diversos responsáveis" constante na unidade gestora 154 004 (Fundação Capes - Exterior), demonstra esses casos, conforme tabela abaixo:

TABELA 19
CONTA - Diversos Responsáveis Unidade Gestora 154 004 (Capes – Exterior)

(Valores em US\$)					
Ano de Registro	NOME	Saldo Anterior	Registrado 2002	Recebido 2002	Saldo Final 2002
2000	ANDRE VICENTE RITTER	36.111,67	-	200,00	35.911,67
2001	FERNANDO LISBOA TEIXEIRA	29.815,00	-	15.000,00	14.815,00
2001	CRISTINE SCHONEWEG	-	50.866,00	13.776,36	37.089,64
2001	CESAR AUGUSTO RORATO CRUSIUS	129.212,60	-	40.804,08	88.408,52
2001	FERNANDA ROCHA DARZE	45.456,00	-	5.265,00	40.191,00
2002	MARCELO JOVITA MOREIRA	-	83.511,11	3.479,63	80.031,48
2002	ORLANDO LOPES LEGNAME	-	65.385,34	2.179,50	63.205,84
2002	CLAUDIO SIMON	-	56.000,64	16.333,52	39.667,12
2002	RENATO JANSEN DE OLIVEIRA FI	-	96.788,00	2.800,00	93.988,00
2002	JUGURTA ROSA MONTALVAO FILHO	-	5.575,00	1.885,00	3.690,00
2002	JOSE CARLOS DA ROCHA CASTELA	-	89.419,00	6.650,00	82.769,00
2002	CAMILLA BUSTANI	-	65.380,00	10.895,00	54.485,00
T O T A I S		240.595,27	512.925,09	119.268,09	634.252,27

Fonte: Siafi 2002, UG 154004 (Exterior) em US\$

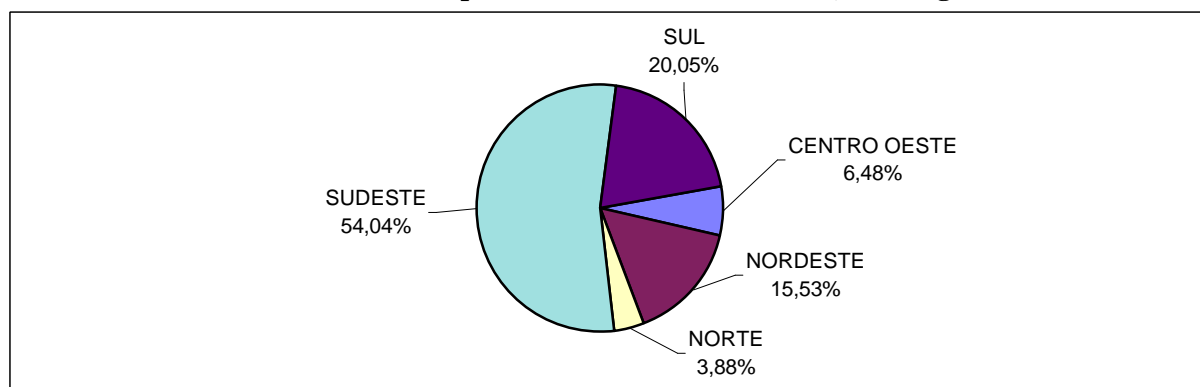
5.3 - Convênios, Acordos e Ajustes

5.3.1 – Liberações

Para a consecução de seus objetivos, a Capes utiliza a descentralização de recursos, mediante convênios. Em 2002 existiam 1.628 convênios ativos dos quais 850, foram firmados naquele exercício, para atendimento de diversos programas, dentre eles, os de concessão de bolsa de estudo, apoio a programas de pós-graduação, periódicos internacionais e auxílios à pesquisa.

De acordo com os dados no SIAFI, foi liberado um total de R\$ 349.418.146,65 (trezentos e quarenta e nove milhões, quatrocentos e dezoito mil, cento e quarenta e seis reais e sessenta e cinco centavos), atendendo a 146 municípios em todos os Estados da Federação, além do Distrito Federal, sendo que a região mais beneficiada foi a região sudeste com 54,04% dos recursos repassados, conforme o gráfico a seguir:

GRÁFICO 15
Recursos Repassados Mediante Convênios, Por Região - 2002



Fonte: Siafi 2002, débito ano, conta contábil 199620400

5.3.2 – Prestações de Contas

Dos 1.927 registros inscritos na conta contábil “a comprovar”, apenas oito estão relacionados a convênios cujo prazo regulamentar para envio de prestação de contas havia expirado em 2002. O total de registros comprovados foi de 1.707. Vale ressaltar que, pela norma de encerramento do exercício, os convênios, cuja vigência tenha expirado em 31/12/2002, suas prestações de contas podem ser apresentadas até 28/02/2003.

A título de registro, foram aprovadas 1.421 prestações de contas, em todo o exercício de 2002, devidamente analisadas pelas áreas técnica, financeira e contábil, restando 110 registros de prestações de contas em fase de análise para o exercício seguinte.

Houve um total de 1.082 diligências expedidas com a finalidade de justificativas e/ou complementação de informações, sendo 928 totalmente atendidas, o que representa cerca de 85%, o restante será objeto de acompanhamento para o próximo exercício.

A respeito dos casos de inadimplência, detectaram-se 172 registradas em 2002, sendo que 165 foram atendidos, ficando apenas sete casos para diligências. Ressalta-se que todos os casos registrados no exercício de 2001, na situação de inadimplência, foram resolvidos, tendo as instituições enviado as prestações de contas e/ou apresentado as devidas justificativas.

A Capes está tomando todas as medidas necessárias que cada caso requer, com a notificação aos interessados para que apresentem as respectivas prestações de contas, sob pena de incidirem na situação de Tomada de Contas Especial.

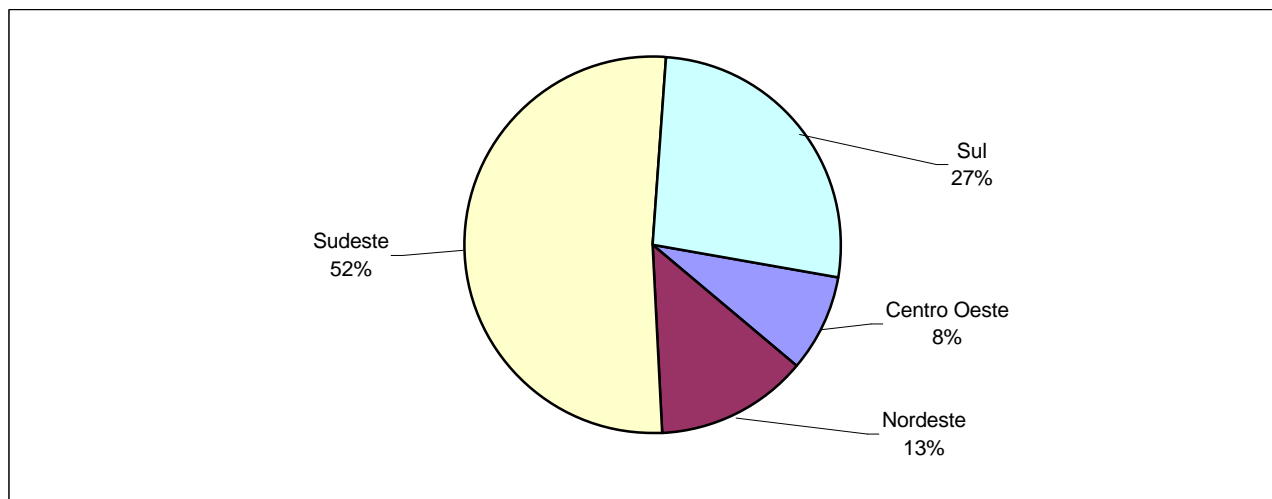
5.3.3 – Convênios de Receita

A Capes executou, com orçamento de terceiros, um total de R\$23.617.328,73 (vinte e três milhões, seiscentos e dezessete mil, trezentos e vinte e oito reais e setenta e três centavos), provenientes de convênios assinados com o Ministério de Ciência e Tecnologia, para custear o PADCT; com a Secretaria de Ensino Superior – SESu/MEC como complementação dos recursos para o Programa de Apoio à Aquisição de Periódicos – PAAP, já citado no item 3.2.7; e com a Secretaria de Educação a Distância SEED/MEC, para a continuidade do Programa de Apoio à Pesquisa em Educação a Distância - PAPED.

Em 2002, o Programa de Apoio à Pesquisa em Educação a Distância – PAPED, parceria entre a Capes e a SEED, contou com R\$ 159.724,65 (cento e cinquenta e nove mil, setecentos e vinte e quatro reais e sessenta e cinco centavos) de recursos. Foram aprovadas 23 propostas, sendo 15 de doutorado e 11 de mestrado, beneficiando a 16 instituições de ensino de pós-graduação.

Os recursos estão previstos Contrato nº ED 14056/02 firmado entre a UNESCO e a CAPES e foram classificados como receita própria e totalmente executados em 2002.

GRÁFICO 16
PAPED - Recursos Repassados pelo Programa, por Região



Fonte: MEC/CAPES/CPE - 2002

A execução do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico - PADCT III, durante o exercício de 2002 atingiu o montante de R\$ 1.457.604,08 (um milhão quatrocentos e cinquenta e sete mil, seiscentos e quatro reais e oito centavos), o que possibilitou essencialmente as importações dos projetos já aprovados em 2001.

Para finalizar, assente-se o apoio da Secretaria Federal de Controle Interno e da 6ª SECEX do Tribunal de Contas da União, que têm contribuído, por meio de orientações legais e administrativas, para o êxito de todas as atividades.

Brasília, em 24 de Março de 2003.

CARLOS ROBERTO JAMIL CURY
Presidente

GERALDO NUNES SOBRINHO
Diretor de Administração

GEOVÁ PARENTE FARIAS
Auditor-Chefe

LUCY ANNE VIEIRA DE OLIVEIRA
Coordenadora de Orçamento e Finanças

MARIA LÚCIA DE MELO AMORIM
Chefe da Divisão de Contabilidade
CRC-DF 014358/0-8